

## A inserção da Petrobras no Recôncavo Baiano

Cristóvão Brito

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

BRITO, C. *A PETROBRAS e a gestão do território no Recôncavo Baiano* [online]. Salvador: EDUFBA, 2008. 236 p. ISBN 978-85-232-0542-3. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

# **A inserção da Petrobras no Recôncavo Baiano**



## A inserção da Petrobras no Recôncavo Baiano

Tem-se por pressuposto que os territórios são categorias espaciais historicamente construídas e que sua existência independe das qualidades da superfície subjacente aos seus limites. Os territórios, além de serem uma certa extensão do espaço geográfico, encerram também relações sociais mediadas pelo poder; relações essas que marcam a diferença entre o conceito de território e de espaço geográfico.

Que o espaço geográfico é um campo de forças não há dúvidas, mas qual o significado dessas forças e como elas se relacionam? Se os termos força, violência, coação, dominação e poder têm o mesmo sentido, então se trata de uma questão meramente funcional e serve entre outras funções, para o fim da dominação dos agentes mais fortes sobre os mais fracos. Em outras palavras, será que todos os tipos de relações sociais que se verificam em determinada parcela do espaço geográfico ocorrem sem o uso de coações/violência? Será que a existência de territórios é condicionada pela coincidência com a área de exercício da soberania de um Estado-nacional? Acredita-se que não, pois as guerras, como o ápice de toda violência, são fatos freqüentes na história social. Por sua vez, o Estado e dentro dele o Governo, em que pese sua importância política inigualável, constitui apenas mais um agente social entre os demais que, inclusive nas democracias, age mediante acordos formais, de outra maneira, torna-se uma tirania e somente os tiranos a defendem.

Assim sendo, não é exagero reafirmar que o espaço geográfico ou a totalidade social é uma categoria geográfica e os territórios formam outra. Estes resultam das relações sociais mediadas por acordos entre os distintos agentes que se interessam por dados objetos particulares inscritos numa dada porção do espaço geográfico. Os territórios possuem durabilidade e extensão relativizadas pelas dinâmicas próprias dos objetos que motivam os distintos agentes a se territorializarem.

Diante desse pressuposto, busca-se, neste capítulo, identificar, por meio das relações entre os agentes sociais relevantes que agem no Recôncavo Baiano, o momento e os elementos que levaram a Petrobras a abdicar do arbítrio com o qual se relacionava com seus interlocutores, bem como, as materializações que passaram a compor o território por ela organizada.

Esse momento foi marcado pelo surgimento de um consenso firmado tacitamente entre a companhia e os demais agentes que direta e/ou indiretamente se interessavam pelo desenvolvimento das atividades ligadas ao petróleo no Recôncavo Baiano. O sinal mais evidente da gênese desse consenso remonta à segunda metade dos anos 1960, quando a companhia já não representava mais

um elemento estranho para os seus interlocutores e, por isso mesmo, também não precisava mais ser combatida.

Acredita-se que foi a partir desse momento que a empresa se projetou no Recôncavo Baiano como um agente hegemônico, tornando possível a emergência de um novo território, que vem sendo reproduzido por esse consenso em torno das atividades da empresa sem, contudo, deixar de contemplar os interesses dos demais agentes envolvidos no processo de organização e reprodução do território.

Para prosseguir na análise faz-se mister compreender o processo de constituição da Petrobras, sua inserção no Recôncavo Baiano, bem como as formas de coexistência com os demais agentes existentes e/ou que surgiram a partir das ações dessa companhia.

## **Da criação da Petrobras à produção de óleo e gás natural no Recôncavo Baiano**

O movimento tenentista da década de 1920 e o golpe militar de 1930 implementaram uma nova era na história e geografia brasileira, já reclamada por movimentos artístico-culturais de autonomia nacional, principalmente a Semana de Arte Moderna, de 1922. De cunho liberal, invocando, porém, um sentimento nacionalista e programaticamente centralista, o governo Vargas, apoiado nos oficiais militares, foi responsável pela implantação de uma nova mentalidade social, com a qual pretendia suprir o país com um novo código de normas sociais, econômicas e políticas, além de uma infraestrutura física para promover a unificação e a centralização do Estado e do mercado nacionais.

É nessa senda que ganha fôlego o projeto de autonomia do desenvolvimento nacional liderado pelos militares, com especial destaque para a implantação da grande indústria do aço no Brasil. A instalação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em meio a uma conjuntura de guerra internacional, contou com o apoio financeiro, tecnológico e gerencial de empresas e do Governo dos Estados Unidos, país considerado nos meios palacianos e empresariais privados brasileiros como o grande parceiro econômico e militar do Brasil. Ainda durante a Segunda Guerra, por razões de segurança, o Governo federal criou a Fábrica Nacional de Motores (1940), para produzir motores de avião, tratores, caminhões, automóveis e refrigeradores; a Companhia Nacional de Álcalis (1943), para manter o fluxo de matérias-primas para as indústrias de derivados de barrilha; a Companhia Vale do Rio Doce (1942) para o fornecimento de minérios de ferro à futura indústria do aço e outros empreendimentos estatais (WIRTH, 1973).

O movimento autonomista brasileiro dessa época pretendia dar solução para a maioria dos problemas ligados ao desenvolvimento econômico recorrendo, no entanto, à tutela financeira e tecnológica principalmente dos norte-americanos. Essa perspectiva, durante o Estado Novo, era corroborada também pelos prepostos de distintos grupos econômicos nacionais e estrangeiros localizados e representados por titulares de pastas do alto escalão do Governo, como, por exemplo: Artur Souza Costa (Ministro da Fazenda), Pedro Rache (Presidente do Banco do Brasil), Souza Aranha (Ministro do Exterior), Valentim Bouças (Secretário do Conselho Técnico de Economia e Finanças) e outros (WIRTH, 1973). Esses grupos econômicos e políticos, que não eram homogêneos em seus interesses, estavam ligados comercialmente a outros grupos econômicos internacionais rivais – norte-americanos ou alemães.

Para além de uma aliança comercial entre os distintos grupos econômicos nacionais e estrangeiros e os governos brasileiro e norte-americano, essa forte aproximação representava também lances de estratégia de aliança militar no continente americano.

Essa mesma idéia se encaminhava também para o problema do petróleo brasileiro, mas deparou-se com uma resistência maior e mais organizada surgida no meio militar, como uma questão de segurança nacional em meio a uma conjuntura de guerra internacional de grandes proporções.

Desde o início do século XX, o Governo brasileiro já vinha reunindo esforços para encontrar petróleo no Brasil. Todas as tentativas, todavia, eram bastante limitadas e, em muitos casos, desestimulantes para prosseguir a busca de petróleo no subsolo brasileiro, seja por falta de tecnologia de prospecção, e/ou por falta de recursos, ou mesmo por sabotagem das empresas controladoras do *trust* mundial do petróleo a exemplo da Royal Dutch-Shell e da Standard Oil of New Jersey (VICTOR, 1970; MARINHO JR., 1989). Contudo, foi no subsolo do Recôncavo Baiano que o petróleo surgiu em abundância no Brasil, em 1939.

Enquanto as pesquisas de petróleo e gás natural expandiam-se no país e, em especial, no Recôncavo Baiano, desde os anos 1930, no meio governamental e legislativo nacional vinham-se desenvolvendo intensas discussões sobre o problema do petróleo no país. Essas discussões resultaram, num primeiro momento, na criação de normas rigorosas e específicas, na tentativa de inibir a cobiça dos *trusts* mundiais do petróleo com a publicação do Código de Minas de 1934 e de 1940; na criação do CNP em 1938 e, por fim, na nacionalização para a pesquisa, a lavra e o beneficiamento do petróleo.

A criação e a respectiva aplicação dessas normas ocorreram ao longo de mais de duas décadas; uma luta, ora mais, ora menos agressiva, com posições dentro e fora do Governo, e entre os agentes empenhados em defender os interesses do capital privado nos negócios do petróleo no Brasil contra os grupos nacionalistas.

Do lado do capital privado destacava-se o empresariado nacional: Grupo Matarazzo, União, Ernany-Magalhães e Ipiranga, embora sem o volume de capital necessário aos investimentos e nem a tecnologia adequada. Esses grupos econômicos buscavam participar das atividades relacionadas ao petróleo, associados aos grandes grupos estrangeiros liderados pela Standard Oil of New Jersey (norte-americano) e pela Royal Dutch-Shell (anglo-holandês-franco) que há muito tempo estavam presentes no Brasil, na distribuição de derivados de petróleo importados.

A Standard Oil of New Jersey e a Royal Dutch-Shell tinham interesses bem definidos no petróleo brasileiro e no mercado de derivados, mas mantinham oculto o objetivo essencial, que era o de tentar aumentar suas reservas de petróleo em virtude da concorrência monopolística entre as grandes companhias que dominavam mundialmente os negócios de petróleo. Nesse sentido, Victor (1970) destaca o comentário do presidente de uma das maiores companhias de petróleo do mundo, a Standard Oil of New Jersey, em 1920, em relação aos EUA:

[...] por sua situação no comércio mundial, pelas armas financeiras e econômicas que possuem, poderiam – exigir uma nova partilha de terrenos petrolíferos estrangeiros para assim dispor de uma parte dos bens que outras nações pretendem conservar inteiros para si próprias (VICTOR, 1970, p. 52).

Dentro do Governo federal havia dois grupos políticos distintos: um liderado pelo General Juarez Távora e por alguns ministros, como Souza Costa (da Fazenda) e Mendonça Lima (dos Transportes), que defendia a associação direta com o capital nacional e estrangeiro, principalmente norte-americano; em oposição a este, colocava-se o de linha nacionalista e centralista, defensor do monopólio integral do petróleo operado pelo Estado brasileiro por intermédio do CNP, liderado pelo General Horta Barbosa.

Juarez Távora e Horta Barbosa eram oficiais do exército, ex-militantes do movimento tenentista. O primeiro foi Ministro da Agricultura e mentor do CNP, no primeiro período da era Vargas, assumiu, porém, uma linha mais liberal na fase do Governo Dutra; o outro foi o primeiro presidente do CNP, de linha mais avessa à participação do capital externo nos assuntos considerados de segurança nacional, como o petróleo, por exemplo.

Do âmbito do Governo, os debates sobre a questão do petróleo brasileiro estenderam-se para o Congresso Nacional e também para a opinião pública, com maior ênfase a partir de 1946, quando então ganhou as ruas a campanha nacional “O Petróleo é Nosso”. Desse período em diante, pós-ditadura Vargas, houve mudanças importantes na legislação sobre o petróleo, permitindo a participação do capital privado e estrangeiro na refinação e distribuição do petróleo e seus

derivados, inclusive com autorizações para construção de refinarias estatais e privadas durante a administração do presidente Dutra.

Entre o fim do “Estado Novo” e a criação da Petrobras, em 1954, o Governo brasileiro estava comprometido com o problema criado em decorrência da necessidade premente de explorar o petróleo e desenvolver a indústria petrolífera, embora, sem dispor do volume de capital e de tecnologia necessárias para dar consecução ao projeto da indústria brasileira de petróleo. Subjacente a essa questão pairava entre os grupos nacionalistas do Governo o receio de não ser capaz de controlar as decisões das grandes companhias estrangeiras de petróleo, as quais certamente instituiriam o monopólio privado e dominariam o setor de petróleo no Brasil, caso fosse permitida a participação da livre empresa nos negócios do petróleo. Esses fatores alimentavam as discussões contra e a favor de uma lei que instituía o monopólio estatal do petróleo e o respectivo órgão de operações.

Com o retorno de Vargas ao Governo, já num ambiente político democrático, o presidente enviou ao Congresso Nacional, em 1951, o Projeto de Lei nº 1.516 que criaria a sociedade por ações Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras)<sup>1</sup>(WIRTH, 1973). O Projeto de Lei previa a organização de uma empresa que admitia a participação acionária do capital privado, nacional e estrangeiro. Fora do ambiente palaciano, no entanto, predominava um cenário político oposto às diretrizes do Governo, com a forte campanha nacionalista em prol do monopólio estatal do petróleo. Com isso, a iniciativa do Governo foi alvo de várias críticas dos parlamentares defensores de posições mais agressivas a favor do monopólio estatal do petróleo (PCB, PSD e PTB) e, inclusive, dos parlamentares da União Democrática Nacional (UDN), que eram contrários ao monopólio estatal do petróleo, mas que, diante da forte campanha popular em defesa do monopólio do petróleo aderiram ao projeto do monopólio integral do petróleo.

Dos debates no Congresso Nacional originou-se a lei aprovada pela maioria dos parlamentares, que criava a Petrobras e lhe conferia o monopólio estatal do petróleo para lidar com todos os campos de atividades a ele ligado.

A Petrobras foi criada pela Lei nº 2.004 de outubro de 1953, fruto de um longo e trabalhoso processo de entendimentos entre o Governo e as lideranças partidárias no Congresso Nacional desde dezembro de 1951<sup>2</sup>(WIRTH, 1973).

---

<sup>1</sup> Quem elaborou o projeto de criação da Petrobras foi o grupo liderado pelo economista baiano Rômulo Almeida que reaparece em fins dos anos 1960 com o projeto de instalação da indústria petroquímica na Bahia.

<sup>2</sup> Para uma compreensão mais detalhada das discussões e do processo de criação da Petrobras e de toda a legislação brasileira a respeito das atividades ligadas ao petróleo ver: COHN, G. (1968); VICTOR (1970); WIRTH (1973); CARVALHO (1977); MARINHO JR (1989).



A exemplo da indústria do aço, mas por meio de um processo distinto, a Petrobras foi criada sob o signo do progresso e do desenvolvimento econômico nacional; portanto, um consenso de âmbito nacional e politicamente bem amplo, embora continuassem pequenos focos de oposição dentro do Governo e entre os parlamentares no Congresso Nacional que defendiam uma solução com a participação do capital estrangeiro, como o foi a implantação da CSN durante a Segunda Guerra.

Criada a Petrobras com um aporte de capital inicial de Cr\$ 4 bilhões (cerca de U\$ 67,1 milhões) subscritos pela União, e determinadas as fontes de suprimento de capital para sua implementação, a empresa foi formalmente constituída em maio de 1954, com a determinação de atender às necessidades prementes de auto-suficiência em petróleo sob a crítica constante (interna e externa) dos grupos políticos e econômicos que a todo o momento tentavam desacreditar a aventura do Estado brasileiro em manter o domínio do monopólio e o abastecimento do mercado nacional com petróleo brasileiro e derivados.

Conforme Petrobras (1989) e artigo da Revista Petrobras (CAPITAL..., 1961), as fontes de recursos para o financiamento da Petrobras no período eram: o Imposto Único sobre Combustíveis Líquidos e Lubrificantes, o Fundo Rodoviário Nacional e o Imposto de Importação de Consumo de Veículos Automotores – aéreos, terrestres e aquáticos e também as receitas próprias. Em 1955, para um capital total de Cr\$ 6 bilhões (equivalente a quase U\$ 84 milhões), os recursos provenientes de receitas próprias perfazia um percentual de 42,49%, enquanto que em 1960 o capital total da empresa somava Cr\$ 40 bilhões (equivalente a quase U\$ 215 milhões) e o percentual de receitas próprias aumentou para 79,64%.

Com a constituição da Petrobras o CNP foi transformado em um órgão regulador da política nacional de petróleo e transferiu para a nova empresa todo o seu patrimônio, incluindo recursos financeiros, máquinas, uma frota de petroleiros com 22 navios, a pequena refinaria de Mataripe, o corpo de funcionários, os campos de petróleo e gás e as jazidas de xisto betuminoso existentes nos estados do Paraná e de São Paulo.

## **As ações da Petrobras no Recôncavo Baiano**

No Recôncavo Baiano, a única província petrolífera nacional até os anos 1960, as pesquisas e a exploração do petróleo e do gás natural, que vinham sendo implementadas em ritmo acelerado pelo CNP (descoberta dos campos de: Lobato/Joanes (1939), Candeias (1941), Aratu (1941), Itaparica (1942), Dom João (1947), Pedras (1950), Paramirim (1951), Água Grande (1951), Mata de São João (1953),

Pojuca-Central (1953) e os campos marítimos da Baía de Todos os Santos), foram ampliadas mais ainda com a participação da Petrobras, por meio de procedimentos mais sistemáticos de pesquisa e aproveitamento do óleo, resultando nas descobertas de novos e maiores campos de petróleo e gás até fins dos anos 1950: Taquipe em 1958 e Buracica em 1959 (FERNANDES, 1958; RPBA, 1975).

As respostas negativas das pesquisas de petróleo em outras partes do país, as recomendações dos técnicos e a necessidade do suprimento de óleo requerido pela demanda nacional, a qual se ampliava a cada ano, fizeram com que a Petrobras, por medida econômica, buscasse intensificar a produção de óleo no Recôncavo Baiano.

O grande volume de óleo produzido no Recôncavo Baiano era surpreendente. Segundo as metas de produção nacional de óleo da Petrobras, o volume mínimo a ser produzido deveria chegar a 40 mil barris de petróleo por dia (bpd) no período de 1956 a 1960, ou seja, 21% do consumo e 33% do petróleo refinado no país. Todavia, em fins de 1957, essa meta já havia sido atingida (LANGE, 1959) e em 1958 chegou a 75 mil bpd (BARROSO, 1959), com a perspectiva de ultrapassar a barreira dos 100 mil bpd em 1960.

De acordo com os dados oficiais (PETROBRAS, 1993 *apud* RAMIRES, 1991, p. 124), até 1973 o Recôncavo Baiano era responsável por 80% da produção nacional de petróleo, diminuindo progressivamente com as descobertas de grandes jazidas petrolíferas noutras partes do país, em especial, na plataforma continental, com destaque para a Bacia de Campos-RJ.

Mesmo com o significativo aumento anual de produção nacional de óleo, a oferta de produtos derivados do petróleo provenientes das refinarias brasileiras ainda era insuficiente diante da demanda nacional. Em 1955, as seis refinarias instaladas no Brasil processavam mais de 80 mil bpd de petróleo; essa quantidade, contudo, atingia apenas 37,7% da demanda de derivados (SCHOR, 1959). Em 1959, as refinarias brasileiras já haviam duplicado a capacidade de refino de petróleo; a tão esperada auto-suficiência nacional em óleo cru era, todavia, um limite ainda muito distante de ser alcançado.

O Brasil dos anos 1950 mudara significativamente, sobretudo a partir da segunda metade dessa década, com a instalação da indústria automobilística, a aceleração do processo de urbanização e o conseqüente aumento do consumo de derivados de petróleo como sublinha Marinho Jr. (1989, p. 260):

O Brasil da descoberta do petróleo em Lobato mudara. As estatísticas mostravam que o petróleo e seus derivados tinham conquistado definitivamente a posição de primeira fonte de energia do país. Em termos de demanda corrente, a taxa de crescimento que tinha sido de 11,3% no período 1939-40, pulou para 22,4% em 1950. Isto porque, em 1950, a taxa anual do crescimento da produção industrial tinha sido de 5% a 6%, o parque rodoviário nacional tinha expan-

dido extraordinariamente, o crescimento da população tinha alcançado um dos mais elevados índices do mundo e a implementação da tração diesel nas vias férreas tinha começado, acontecendo o mesmo com a mecanização agrícola.

Para aumentar o grau de complexidade do problema da auto-suficiência do petróleo no Brasil, destaca ainda Marinho Jr. (1989, p. 261):

[...] a produção de óleo bruto na única província petrolífera em exploração correspondia, apenas, a 2% do consumo interno em 1953. Eis a razão de o petróleo e seus derivados se terem tornado um dos mais importantes, senão o maior item, de nossa pauta de importação, absorvendo quotas cada vez maiores provenientes da exportação nacional, numa proporção de 7,9% em 1939, de 10,4% em 1950 e de 17,7% em 1952.

Dessa maneira, logo se depreende que o Recôncavo Baiano, em nome do consenso firmado na escola nacional em torno da Lei nº 2.004, teria, a todo custo, que buscar reverter esse quadro bastante desfavorável à entrada de capitais provenientes das exportações brasileiras. Ao lado dos esforços da Petrobras em encontrar petróleo em outras partes do país, sem o respectivo aporte de capital e técnicas suficientes, ao longo do tempo, as atividades da companhia foram avançando sobre as terras da Bacia Sedimentar do Recôncavo, abrindo novos campos de exploração de petróleo e gás nos municípios localizados ao norte de Salvador.

A instalação da Petrobras na Bahia, em substituição ao CNP, alimentava, nas forças políticas e econômicas regionais, esperanças de reativação da economia baiana em bases industriais. Contudo, a instalação de empreendimentos industriais geradores de sinergias não se concretizava. Essa situação provocava uma forte insatisfação entre os grupos políticos e econômicos regionais, tendo em vista o fato de a companhia limitar-se à exploração e produção do óleo e do gás natural. Além disso, a refinação de óleo era bastante pequena em relação à produção de óleo que era de cerca de 100 mil bpd entre 1959 e 1960 e também não aproveitava integralmente as qualidades excelentes do óleo parafínico, indicado para a produção de lubrificantes<sup>3</sup>.

Em sentido semelhante estava a utilização do gás natural que era quase simbólica diante da grande potencialidade de aplicação na indústria petroquímica e de fertilizantes que ainda não havia se instalado na Bahia e o valor do royalty devido ao estado da Bahia e aos municípios petrolíferos era muito baixo. Além

---

<sup>3</sup> Os óleos lubrificantes são produtos de alto valor agregado e além disso, àquela altura, a Petrobras não se interessava em produzi-los, o que tecnicamente ocorreria no Recôncavo, e o abastecimento do mercado brasileiro era feito com óleo importado do exterior.

disso, a Petrobras, ao contrário do que seus interlocutores regionais esperavam, tendo em vista a concepção política da criação da estatal, voltada para uma ação essencialmente macroeconômica privilegiando investimentos numa perspectiva de política governamental, como instrumento de progresso econômico e social, a companhia agia numa perspectiva essencialmente microeconômica no Recôncavo Baiano, desconsiderando quase que completamente os pleitos dos demais agentes sociais existentes em seu entorno.

Se no plano eminentemente local e isolado, concomitantemente com o início das explorações de petróleo no Recôncavo Baiano por meio do CNP (na década de 1940), registraram-se algumas reações por parte dos fazendeiros e usineiros, em outro plano e, um pouco mais tarde, diante da falta de iniciativa da Petrobras em implantar indústrias na Bahia, o sentimento de insatisfação se generalizava no Governo estadual. Esse fato tornava-se patente com a constatação de que o estado da Bahia continuava empobrecendo e sua economia, acanhada, subsistia com a exploração de atividades primário-exportadoras, isso após quase duas décadas de produção ininterrupta e fornecimento exclusivo à nação de todo o óleo ali produzido até então.

Cumprе esclarecer, antes de tudo, que não cabe atribuir à Petrobras a infelicidade e a pobreza econômica e social do estado da Bahia, tendo em vista essa situação ser reflexo de um processo engendrado pelos próprios agentes sociais regionais – grandes comerciantes, usineiros, banqueiros, coronéis, fazendeiros... –, os quais, historicamente dominavam a economia regional e se beneficiavam com os resultados comerciais da dinâmica da economia agromercantil, e que após a Segunda Guerra Mundial já se encontrava em uma fase aguda de encerramento do seu ciclo. Contudo, nesse período, a Petrobras contribuía para a formação da riqueza na Bahia, embora em estado pouco dinâmico, apesar de lidar com um produto de grande potencial de geração de riqueza num nível superior ao das antigas indústrias de fumo e do açúcar principalmente.

Apesar da volumosa soma de recursos financeiros aplicados diretamente no Recôncavo Baiano ao longo de cinco anos, tais recursos não se traduziam em investimentos propiciadores de um futuro desenvolvimento econômico regional baseado em atividades industriais. Nessas condições, ainda que os investimentos da Petrobras tivessem a natureza distinta daquela esperada diante da abundância da matéria-prima, eles não poderiam ser desprezados, em consequência do grande volume de recursos aplicados em várias obras e serviços. Todavia, os investimentos da Petrobras na Bahia resumiam-se às obras de ampliação da refinaria, aos convênios para abertura e asfaltamento de estradas no Recôncavo Baiano e a outros gastos com suprimentos de serviços por firmas locais. Com isso, o seu papel econômico regional era limitado e quase que absolutamente voltado aos interesses próprios da companhia.

Como resultado das ações predominantemente microeconômicas da Petrobras no Recôncavo Baiano tomava corpo um forte grau de insatisfação entre os seus interlocutores regionais, que aumentava progressivamente e tornava-se uma ação declarada contra a companhia. No campo de oposição a esse tipo de ação da Petrobras estavam: o Governo do estado, os Governos dos municípios petrolíferos, os grupos econômicos, políticos e os trabalhadores da própria empresa; os últimos se manifestavam por meio de greves em defesa de melhores salários e condições de trabalho e/ou adesão aos protestos dos primeiros.

Entre as ações da companhia que desagradavam os citados agentes destacasse, primeiramente, o fato de que desde o início das explorações e produção de óleo e gás natural com o CNP e depois com a Petrobras, os campos de petróleo do Recôncavo Baiano respondiam de maneira positiva e acelerada ao aumento da demanda de óleo cru no país. Para ilustrar, em fins de 1959 o volume de produção de óleo nos campos do Recôncavo Baiano atingiu cerca de 100 mil bpd (BAHIA, [1960?]); contudo, a capacidade de refino da Refinaria Landulpho Alves-Mataripe (RLAM) ainda era de apenas 10 mil bpd, ou seja, na Bahia era processado apenas 10% de todo o óleo produzido na Região de Produção da Bahia (RPBA), conforme dados da Refinaria..., [2000?]. Contudo, nesse mesmo ano os trabalhos de ampliação da RLAM já estavam em fase de conclusão, o que aumentaria o volume de processamento de óleo para 42,5 mil bpd a partir de 1960.

Nessas condições, a refinaria de Mataripe havia se tornado deveras pequena em relação à grande oferta de óleo do Recôncavo Baiano e à maior capacidade de refino das demais refinarias, inclusive as particulares, existentes noutros estados (Tabela 9). Além disso, a RLAM estava limitada apenas à produção dos seguintes produtos: gasolina, querosene, óleo diesel, óleo combustível e gás liquefeito de petróleo. Entrementes a Refinaria Presidente Bernardes-Cubatão (RPBC), no estado de São Paulo, construída em 1955, com capacidade para processar 45 mil bpd, um ano depois foi ampliada para 65 mil bpd e já produzia asfalto. Em 1958 a RPBC foi ampliada novamente, atingindo quase 80 mil bpd e iniciou a produção de insumos petroquímicos básicos (eteno, propeno, metano, hexano) e deu partida às unidades de amônia e fertilizantes, que são produtos derivados do processamento da nafta importada.<sup>4</sup>

---

<sup>4</sup> Antevendo o promissor e dinâmico mercado dos produtos petroquímicos, o CNP, ao autorizar a construção da refinaria RPBC, concebeu o projeto de modo a utilizar o processo de *cracking* (obtenção de derivados de petróleo por meio de calor e pressão) com o fito de obter frações de produtos petroquímicos básicos (DA POIAN, 1981). Os produtos petroquímicos básicos derivados do petróleo são: gás residual, eteno, propeno, butenos, butadienos, benzeno, tolueno e xilenos; já os derivados do gás natural são: gás de síntese, metano, acetileno, eteno propeno e butenos (MASCARENHAS, 1973).

O tamanho reduzido da RLAM impedia a produção de outros produtos de elevado rendimento econômico, como óleos lubrificantes, insumos básicos da cadeia petroquímica (estes com a utilização do gás natural) e parafina, os quais já poderiam ser produzidos há mais tempo, com a instalação de uma unidade de lubrificantes e a ampliação da refinaria para o processamento de 30 mil bpd. Essa medida possibilitaria o aproveitamento do óleo do Recôncavo Baiano com alto teor de parafina, recomendado para a produção de lubrificantes, pois esses produtos ainda não eram fabricados no Brasil e, por isso, consumiam parte significativa das divisas brasileiras com a sua importação, o que poderia, então, ser evitado.

Apesar de ter sido a primeira refinaria estatal construída, a capacidade de refino da RLAM ocupava apenas a quinta posição em volume de processamento de óleo. Isso se deve à política adotada pela Petrobras, a qual tendia a priorizar mais a eficiência dos rendimentos econômicos da companhia, baseando grande parte dos investimentos nas áreas de maior mercado consumidor, em detrimento de uma proposta alternativa de busca de realização econômica e promoção do desenvolvimento equitativo das regiões brasileiras. Como resultado dessa política de concentração de investimentos da Petrobras próximo à área de maior mercado de consumo de seus produtos, quase 80% do parque refinador nacional localizava-se no estado de São Paulo, como evidencia as informações da Tabela 9.

Tabela 9 – Brasil: refinarias de petróleo e capacidade de refino (bpd) - 1959

Refinarias	Localização / Unidade da Federação	Capacidade de Refino
Presidente Bernardes (Cubatão)	São Paulo	93.095
Capuava	São Paulo	28.105
Ipiranga	Rio Grande do Sul	11.115
Manguinhos	Rio de Janeiro	9.551
Mataripe	Bahia	9.105
Manaus	Amazonas	4.298
Matarazzo	São Paulo	1.012
Uruguaiana	Rio Grande do Sul	172

FONTE: Organizada por Brito (2004), com base em Schor (1959).

Os critérios de localização dos grandes empreendimentos da companhia seguiam fielmente a clássica Teoria da Localização Industrial, de Alfred Weber, segundo analisa Manzagol (1985). Isso pode ser constatado na explanação de Fonseca (1959), ao se referir ao ponto ótimo de localização das refinarias da Petrobras:

A refinação do petróleo utiliza uma única matéria-prima e é mínima aquela redução de peso, que praticamente se resume ao consumo de 6%; quanto ao custo do transporte, os fretes de petróleo cru são inferiores àqueles cobrados para derivados em geral. Esses dois fatores exercem, portanto, sua força de atração no mesmo sentido, que é o de aproximar as refinarias dos mercados consumidores. Esta é uma regra de aceitação geral (FONSECA, 1959, p. 84).

Conforme a explanação de Fonseca (1959), estavam assim distribuídas geograficamente a capacidade de refino e as áreas de mercado da Petrobras no Brasil, em 1959:

I — MANAUS (produção de 5.000 bpd) – suprindo do Acre ao Piauí, inclusive com um consumo de 6.000 bpd; abrangerá as atuais bases de provimento de Manaus e Belém.

II — MATARIPE (produção atual de 10.000 bpd) – deverá abastecer do Ceará ao Espírito Santo, cujo consumo alcança 30.000 bpd; absorverá as atuais bases de Fortaleza, Natal, Cabedelo, Recife, Maceió, Salvador e Vitória.

III — Rio de Janeiro (produção atual de 10.000 bpd) – devendo suprir o Distrito Federal e os Estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais, cujo consumo atual é de 65.000 bpd; abrangerá apenas a base do Rio de Janeiro.

IV — SANTOS – SÃO PAULO (produção atual de 125.000 bpd) – compreenderá São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso, Goiás e pequena parte de Minas Gerais com um consumo de 105.000 bpd; abrangerá as atuais bases de Santos e Paranaguá.

V — RIO GRANDE (produção atual de 10.000 bpd) – compreenderá o estado do rio Grande do Sul, com consumo atual de 20.000 bpd; absorverá apenas a base de Rio Grande (FONSECA, 1959, p. 87).

Do exposto, vê-se que, na prática, a política de investimentos industriais da Petrobras, para o referido período, resulta num indisfarçável privilégio dos investimentos da empresa no estado de São Paulo, inclusive com excesso de produção de refinados, de quase 20%, enquanto todas as demais áreas de mercado registavam déficit, a exemplo do estado da Bahia.

Contraditoriamente, essa concentração de investimentos da indústria petrolífera em São Paulo contribuía como um elemento a mais para a crise de realização econômica iniciada em 1962 e que se prolongou por um lustro. A crise ocorreu pelo excesso de oferta de capacidade industrial instalada (no eixo econômico São Paulo/Rio de Janeiro) diante de um mercado de consumo urbano limitado numérica e qualitativamente. Essa crise somente foi debelada a partir da forte intervenção (da reforma fiscal/financeira e dos investimentos do Setor Público Estatal (SPE)) do primeiro governo militar instalado com o golpe de 1964 (TAVARES, M., 1986; CASTRO, 1975).

Outro tipo de ação empreendida pela Petrobras e que não atendia a outros interesses, senão os da própria empresa, era a utilização do gás natural. À época, o gás natural existia em abundância nos campos de petróleo do Recôncavo Baiano, mais de 4 bilhões de metros cúbicos misturados ao óleo e nos próprios campos de gás (BARROSO, 1959). Até fins de 1950, o uso dessa matéria-prima estava destinado apenas para reinjeção nos poços de petróleo, com a finalidade de garantir a manutenção da pressão do óleo no interior dos poços, tornando mais fácil a recuperação do óleo existente nos poros das rochas. Uma baixa pressão ou

a ausência dela no interior dos poços de petróleo implica uma redução significativa da quantidade de óleo que pode ser recuperado, devido à força de adesão das moléculas do óleo que se prendem à superfície das rochas.

O gás natural é considerado uma matéria-prima ideal e de larga aplicação nas indústrias químicas e petroquímicas em geral; também o é na indústria de fertilizantes, devido às suas propriedades físico-químicas. A decisão da Petrobras, entretanto, era de não ceder seu uso para fins industriais, com o argumento de que o volume de gás até então disponível, 4,113 bilhões de metros cúbicos, não era suficiente para o aproveitamento industrial.

Com essa decisão, a Petrobras vedava a possibilidade de utilização do gás natural por outras firmas industriais, a exemplo da empresa Nitrogênio S/A, que se propunha a produzir 26 mil toneladas/ano de fertilizantes nitrogenados, consumindo apenas 90 mil metros cúbicos de gás por dia, ou seja, menos de um bilhão de metros cúbicos de gás ao longo de 30 anos. Por seu turno, a mesma quantidade de gás era consumida pela usina termoelétrica instalada na localidade de Cotegipe (SÁ, 1959), e também por uma fábrica de cimento localizada em Aratu (AZEVEDO, T., 1959a), ambas no município de Salvador.

A rigor, essa determinação da Petrobras, de impossibilitar a utilização do gás natural do Recôncavo Baiano para fins de aplicação na indústria petroquímica, escondia uma intenção velada, qual seja, agir preventivamente no sentido de reservar para si a matéria-prima que seria utilizada futuramente no promissor mercado de produtos petroquímicos. O fato revelador dessa intenção é identificado pela própria preocupação da tecnoburocracia do CNP e da própria Petrobras que estava receosa com o avanço e a autonomia das empresas estrangeiras no setor petroquímico brasileiro, conforme observam Da Poian (1981) e Suarez (1986).<sup>5</sup>

Em face da incapacidade financeira e tecnológica dos grupos econômicos nacionais e da resistência dos quadros dirigentes do CNP e da Petrobras em abrir brechas para a penetração do capital estrangeiro, o CNP autorizou esta empresa a produzir também matérias-primas petroquímicas, no sentido de evitar o surgimento da indústria petroquímica dominada pelo oligopólio privado internacional no Brasil (DA POIAN, 1981).

Com isso, a Petrobras passou a produzir diretamente os produtos petroquímicos básicos na refinaria de Cubatão e adquiriu o monopólio da importação de nafta que, por meio de contratos comerciais, fornecia parte das matérias-primas às empresas de segunda geração e de bens finais.

Agindo dessa maneira, a Petrobras e o CNP fechavam as possíveis portas de entrada do capital estrangeiro que poderia ser levado pelo empresariado nacional.

---

<sup>5</sup> Da Poian era um executivo da tecnoburocracia petroleira.



Com esse tipo de ação, a tecnoburocracia petroleira também condenava a Bahia a permanecer cumprindo papel somenos importante na divisão espacial da produção, como uma província fornecedora de matérias-primas, pois a própria companhia não se interessava em criar empreendimento petroquímico na Bahia.<sup>6</sup>

Vale destacar que a usina da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf), construída para gerar energia elétrica para a região Nordeste, já havia sido inaugurada desde 1955; portanto, se houvesse interesse da Petrobras em dar uma utilização mais nobre para o gás natural que era consumido como combustível, poderia ter sido desativada a usina termoelétrica de Cotegipe e transferido seu consumo de gás natural para produção de fertilizantes, bem como, o gás natural utilizado na fábrica de cimento localizada em Salvador.

À época, na opinião de técnicos em assuntos de petróleo, para que uma refinaria pudesse fornecer uma quantidade suficiente e regular de matéria-prima (nafta e demais gases derivados do processo de destilação do óleo) para uma planta petroquímica economicamente viável, deveria ter uma capacidade de refino de óleo de pelo menos 90 mil bpd; a RLAM, com capacidade de refinar 10 mil bpd de óleo e sua ampliação para 42,5 mil bpd, em 1960, não tinha condições técnicas suficientes para fornecer à indústria petroquímica os subprodutos da refinação do óleo. Nessas condições, forçosamente era vedada a instalação desse tipo de indústria no Recôncavo Baiano.

Nos anos seguintes, a produção de óleo aumentava cada vez mais, com a descoberta de novos campos de petróleo, de maneira que, no fim dos anos 1960, a produção de óleo no Recôncavo Baiano atingiu o limite máximo de 150 mil bpd (A BAHIA..., 2001) e, por conseguinte, a produção de gás natural crescia de maneira exponencial. Isso contradizia a política de restrição aos investimentos industriais na Bahia por parte da Petrobras.

Uma segunda modalidade de ação da empresa que era contrária aos interesses de seus interlocutores regionais era o fato de a renda proveniente das taxas de participação acionária na companhia e os royalties devidos ao estado da Bahia e aos municípios petrolíferos, pelo óleo extraído no Recôncavo Baiano, somente começarem a ser pagos a partir de 1955, um ano depois da constituição da Petrobras e 14 anos depois do início da exploração e produção comercial do óleo pelo CNP. Quando os royalties passaram a ser recolhidos para o estado (5%) e os municípios (1%), seu percentual era muito baixo e não incorporava as áreas da plataforma continental, representando um prejuízo significativo para o erário estadual e dos municípios petrolíferos.

---

<sup>6</sup> A resolução 3/54 do CNP reconhecia a exploração da petroquímica preferencialmente pela livre empresa nacional. A permissão para uma ação estatal na indústria petroquímica dava-se de maneira a subsidiar o desenvolvimento da empresa nacional.

Adicione-se a isso o fato de o montante pago a título dos direitos de royalties dos estados e municípios petrolíferos ser relativamente baixo, pois o preço médio do barril do petróleo no mercado internacional era de U\$ 3,20. Somente a partir de 1973, quando foi deflagrado o primeiro grande choque do petróleo, é que o óleo atingiu preços elevados – U\$ 11,00 por barril – em virtude da decisão dos países membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) de reduzir em 25% a oferta de petróleo aos países consumidores, como represália ao apoio militar, financeiro e político dado pelos EUA e outros países a Israel durante o período da guerra Árabe-israelense (SAMPSON, 1976); em 1979, quando houve o segundo grande choque do petróleo, o preço do produto tornou a se elevar bruscamente, atingindo o patamar de U\$ 40,00 o barril.

Ora, se se considerar que a partir dos anos 1940 os países exportadores de petróleo cobravam 50% de royalties para as companhias de petróleo produzirem petróleo em seus campos, e que, no Brasil, a Petrobras pagava apenas 5% aos estados e 1% aos municípios, vê-se o quanto de recursos financeiros estes deixavam de arrecadar. Um exemplo disso é o caso do estado da Bahia – sem computar os valores devidos à exploração do gás natural – que produziu 10.106.269 de barris de óleo em 1957, no valor total de U\$ 32.340.060,80, e arrecadou apenas o equivalente a U\$ 849.323,11 quando deveria ser de U\$ 1.617.003,04<sup>7</sup>, considerando-se a base de 5% da taxa de royalty (DANNEMANN, 1959)<sup>8</sup>; e, se fosse considerada a base de 50%, teria arrecadado U\$ 16.170.030,4.<sup>9</sup>

Assim que a Petrobras iniciou o pagamento dos royalties ao estado da Bahia e aos municípios petrolíferos, em 1955, a parte referente aos campos da plataforma continental, na Baía de Todos os Santos, foi interrompida, em decorrência de uma interpretação equivocada da assessoria jurídica da Petrobras e do CNP, que considerou os recursos da plataforma continental como pertencentes exclusivamente à União, apesar da existência de pareceres jurídicos contrários. A questão foi solucionada favoravelmente ao estado da Bahia e aos municípios petrolíferos somente em 1961 (CAPITAL..., 1961).

---

<sup>7</sup> Em seus cálculos, a Petrobras utilizou uma taxa do dólar equivalente a Cr\$ 60,00, enquanto que a taxa média anual oficial era de Cr\$ 74,23 por dólar.

<sup>8</sup> DANNEMANN (1959, p. 23) sugere que a diferença entre o valor arrecadado e o valor a que teria direito o estado da Bahia deve-se a: exclusão do royalty dos poços submarinos e possivelmente ao preço mais baixo pago pelo óleo nacional.

<sup>9</sup> DANNEMANN (1959, p. 23) informa que, desde novembro de 1958, o Congresso Nacional Argentino aprovou um Projeto de Lei oriundo do Governo desse país, o qual nacionalizou “[...] as jazidas mas concede às províncias produtoras 50% dos lucros líquidos da exploração do petróleo”. Na Venezuela, desde os anos 1940, a taxa de royalty cobrada era também de 50%, bem como na Arábia Saudita (SAMPSON, 1976).

Um outro fator, também de grande importância, que contribuía para o descontentamento dos grupos sociais interessados direta e indiretamente nos negócios do petróleo, no Recôncavo Baiano, era a maneira essencialmente unilateral como a Petrobras agia.

Se os fatores anteriores já eram suficientes para indignar o Governo baiano e as forças sociais que lhe prestavam apoio, a ação de natureza microeconômica e unilateral orientadoras das ações do CNP durante as pesquisas e produção de óleo no Recôncavo Baiano, também implementadas pela Petrobras, coroa um forte sentimento de insatisfação e subjugação dessas forças sociais à companhia.

Nesse sentido, uma das queixas mais freqüentes nas discussões políticas, jurídicas e econômicas regionais a partir de 1956, foi o ato de o Governo federal declarar de utilidade pública para fins de desapropriação, de maneira genérica por cinco anos, todas as terras de nove municípios no Recôncavo Baiano,

[...] para fins de servidão legal ou de desapropriação total ou parcial em favor da Petróleo Brasileiro S. A. Petrobras, as áreas necessárias aos serviços de pesquisa, lavra e transportes de petróleo compreendidas nos imóveis situados nos Municípios de Salvador, São Francisco do Conde, Santo Amaro, São Sebastião do Passé, Camaçari, Mata de São João, Pojuca, Catú e Alagoinhas, no Estado da Bahia pertencentes a quem de direito (GOMES, 1959, p. 21).

Essa foi, sem dúvida, uma questão *sui generis* que descreve de maneira precisa como a Petrobras agia no Recôncavo Baiano, o que, além de tudo, acusa subliminarmente a mesma falta de um plano racional de operações da empresa, como também era usual com o CNP.

Esse fato, na opinião de Gomes (1959), promovia deliberadamente uma espécie de estagnação das atividades econômicas agrícolas e agroindustriais, pois forçava os proprietários rurais estabelecidos na aludida área a não executarem nenhum tipo de melhoramento nos estabelecimentos e também lhes impunha a dificuldade de negociar as propriedades, senão por preços vis, diante da declaração de desapropriação das terras para fins de utilidade pública.

Nessas condições, em forma de lamentação, conclui Gomes (1959, p. 22):

Encarado o problema à luz do decreto-lei n. 3.365 e do decreto n. 40.489, pode-se afirmar em remate, que toda uma região se encontra, até 4 de dezembro de 1961, em recesso econômico, com a sua atividade produtiva sacrificada e estrangulada a circulação de sua riqueza imobiliária, em conseqüência de se ter feito a declaração indiscriminada de utilidade pública de todas as terras, que serão desapropriadas apenas em parcela insignificante.

Internamente, entre os funcionários e a direção da estatal, imperavam relações de dominação, que se materializavam por meio de mecanismos de coação utilizados como princípios normatizadores das relações empresa/empregados.

O arbítrio dos dirigentes da Petrobras em relação aos funcionários se manifestava como uma prática comum e de ocorrência no âmbito nacional, dada a formação militarizada dos seus quadros dirigentes, a qual era moldada na aplicação da doutrina da segurança nacional. Na mesma perspectiva se impunha o símbolo do nacional-desenvolvimentismo representado pela Petrobras, em nome do qual se cometia toda sorte de coações contra todos os funcionários que não estivessem atentos ao padrão de comportamento determinado pelo querer pessoal de algum chefe imediato. Nesse sentido, a vila operária, anexa à refinaria, além de cumprir a função para a qual fora construída favorecia também a coerção dos operários subalternos.

Quando a refinaria de Mataripe foi inaugurada, a sua direção resolveu construir uma vila operária anexa, para solucionar os problemas de interrupção do trabalho pelo motivo das dificuldades de transporte existentes à época, já que a maioria dos funcionários residia na cidade do Salvador. Na época, a vila de Candeias, localizada nas proximidades de Mataripe, não oferecia as condições de infra-estrutura necessárias às demandas dos funcionários, especialmente dos mais graduados – técnicos e engenheiros – cuja maior parte procedia de grandes cidades fora da Bahia (MATTOS *et al*, 2000).

A vila era dotada de cerca de duas centenas de casas para funcionários com família e de vários alojamentos coletivos para funcionários solteiros, escola primária, posto médico e maternidade, mercado, horta, farmácia, cinema e clube recreativo. Tudo estava à disposição do uso dos funcionários, sem qualquer ônus, exceto a aquisição de remédios na farmácia e alimentos no mercado, cujos preços eram subsidiados. Certamente esse conjunto de benefícios tornava-se vantajoso para os funcionários que tinham a possibilidade de ocupar uma habitação ou uma vaga nos alojamentos da vila.

Se por um lado, os funcionários dispunham da comodidade de residir próximo do local de trabalho e da vantagem da redução de custos financeiros, ocupando uma habitação na vila de Mataripe, por outro lado, pagavam o preço de perma-

necer sob o controle social direto da empresa. Residir na vila de Mataripe também significava submeter-se ao trabalho compulsório e não-remunerado à noite e nos fins de semana, pelo motivo de estarem sempre em prontidão para o atendimento às emergências solicitadas pela empresa cujos funcionários estavam “ajudando a construir”. Nesse sentido, o depoimento de um funcionário que residia na vila de Mataripe, há anos, sugere essa condição, segundo ressalta Mattos e outros (2000, p. 150): “Primeiro, ao afirmar que chegou a permanecer trinta e três dias na casa de força, morando perto da família e vendo sua mulher e filhos, todos passarem, sem poder ir até eles, porque não podia sair da refinaria.”

A ocupação de uma casa ou alojamento na vila tornava o funcionário “refém” de seu chefe imediato, subordinado a tipos de relações que o impossibilitava fazer reclamações de melhorias salariais e/ou de condições de trabalho, segundo explica Oliveira Jr. (1996).

Na avaliação dos diretores e chefes da companhia e em especial da RLAM, esse fato, na maioria das vezes, equivalia, por parte dos funcionários, a aceitação sem crítica de jornadas de trabalho compulsórias e submissão a condições de trabalho insalubres e perigosas, contra uma remuneração insatisfatória, já que todos ali deveriam dedicar-se integralmente ao processo de construção do desenvolvimento da empresa e, por conseqüência, do país.

Nesse contexto, de 1954 a 1960, mesmo com a garantia expressa da lei, o surgimento de entidades profissionais para representar os interesses dos trabalhadores era desestimulado por parte dos dirigentes regionais da Petrobras, como esclarece Oliveira Jr. (1996), com base em entrevistas realizadas com antigos funcionários da empresa:

São vários os relatos dos nossos entrevistados em que transparece as dificuldades da construção da Associação, indo desde as tentativas de controle dos dirigentes sindicais à criação de dificuldades para a sindicalização; desde não proceder ao desconto para a entidade do valor da contribuição dos seus associados a pressionar os trabalhadores a dela não participarem, culminando, em 1960 com a demissão de Osvaldo Marques e Mário Lima, presidente e secretário do novo sindicato – SINDIPETRO-Bahia (OLIVEIRA JR., 1996, p. 60-61).

A demissão sumária e injustificada de dois funcionários eleitos pela categoria dos petroleiros, para assumir a direção do sindicato no início de 1960, levou os trabalhadores a lutar pela readmissão dos seus líderes. A readmissão dos funcionários aconteceu ainda em 1960, após intensas negociações intermediadas inclusive pelo Governador do estado da Bahia e por parlamentares com mandato federal.

Esse fato marcou o início de uma nova era na política de relações entre a empresa e os funcionários, forçada pela primeira vitória do sindicato da categoria recém-criado, com a readmissão de seus diretores. A partir desse evento, o sindicato ganhou força e confiança na categoria e no mesmo ano conseguiu realizar uma grande campanha por isonomia salarial entre os petroleiros da Bahia e os seus colegas da RPBC, no estado de São Paulo.

Após a primeira greve da categoria na Bahia, cuja paralisação das atividades durou três dias, a direção da refinaria decidiu negociar com o sindicato e cedeu, em parte, às solicitações dos grevistas. A direção da refinaria ofereceu 80% do percentual do pedido de aumento de salário pela categoria, no que os trabalhadores concordaram e retornaram às atividades, com um programa de aumento de produtividade para compensar os dias parados (OLIVEIRA JR., 1996).

O desfecho da greve favorável aos petroleiros baianos foi um fato isolado em que a Petrobras concordou com algum tipo de negociação. A condução administrativa da Petrobras sob uma política centralista e militarizada, escudada na doutrina da “Segurança Nacional”, herdada dos tempos do CNP, tornava a empresa uma instituição temível para os demais agentes envolvidos direta e indiretamente nas atividades do petróleo no Recôncavo Baiano, além do que, para a empresa, o Recôncavo Baiano não passava de uma importante fonte de matérias-primas. Nessas condições, a Petrobras era um adversário vigoroso, cuja necessidade de enfrentamento, para dar algum resultado positivo, teria de ser implementada de maneira coletiva.

## **A reação organizada dos agentes regionais às práticas unilaterais da Petrobras no Recôncavo Baiano**

Desde a época do CNP alguns agentes regionais reagiam de maneira isolada contra as ações unilaterais praticadas por esse órgão. Com a assunção das tarefas de pesquisa, lavra e industrialização do óleo e do gás natural pela Petrobras, logo no início, vários tipos de reações tiveram prosseguimento ainda de maneira individual.

A partir de 1958, com o intuito de proceder a uma reação organizada e unificada contra as ações de caráter unilateral e a falta de um programa de investimentos industriais da Petrobras na Bahia, os agentes sociais regionais, insatisfeitos com as ações da companhia, tomaram a iniciativa de se articular numa campanha de forte repercussão estadual. Essa campanha, dada sua amplitude política, atingiu a esfera política federal. O ápice dos descontentamentos teve seu efeito potencializado durante a realização da Conferência do Petróleo para

Exame dos Justos Interesses da Bahia organizada pelo Jornal *A Tarde*, nos dias 21, 22 e 23 de janeiro de 1959.<sup>10</sup>

O conclave contou com a presença dos Governadores e vice-Governadores eleitos dos estados da Bahia e Sergipe (em Sergipe também eram desenvolvidas pesquisas de petróleo); toda a bancada baiana de parlamentares eleitos para a Câmara federal e o Senado; outros parlamentares federais convidados; representantes das forças armadas; representantes da Petrobras e do CNP; representantes da Associação Comercial da Bahia; demais representações das classes empresariais; representantes da Associação dos Petroleiros; representantes do órgão de Planejamento do Governo do estado da Bahia e intelectuais da Universidade da Bahia. Além disso, recebeu também o apoio formal da União dos Estudantes da Bahia (UEB).

É importante salientar que os interesses dos fazendeiros de cana, dos usineiros e dos banqueiros eram completamente diferentes dos funcionários da Petrobras, até porque a maioria dos petroleiros baianos, cujas condições de trabalho e remuneração eram superiores à sua história operária e social anterior, era formada por ex-empregados dos canaviais e usinas de açúcar, de onde eram recrutados pela Petrobras. Essa condição lhes colocava em campos opostos aos dos primeiros.

Não resta dúvida que a ideologia de “defesa dos interesses da Bahia” arrastava o apoio de várias categorias sociais regionais; mas o apoio dado à Conferência do Petróleo, pelos petroleiros, pode ser entendido como um sinal de gratidão e respeito ao Governador Juracy Magalhães (populista) recém-eleito e também como uma forma de representação de prestígio social e político dos dois mais importantes articuladores da diretoria do sindicato dos petroleiros, um dos quais, Mário Lima, o presidente do sindicato, alguns anos depois, seria eleito deputado federal nas eleições parlamentares em várias legislaturas. Portanto, esse apoio formal não se concretizava em apoio real dos petroleiros, inclusive porque nenhuma das recomendações da Carta do Petróleo relacionava qualquer interesse objetivo da categoria.

O temário da “Conferência do Petróleo” tratou apenas de questões referentes ao petróleo, versando sobre assuntos jurídicos, econômicos e sociológicos. Ao final das discussões foi elaborada e aprovada a “Carta do Petróleo” (Anexo), na qual foram publicados os principais e mais imediatos objetos de interesses dos agentes sociais regionais, em forma de recomendação ao Governo federal, ao Congresso Nacional, à própria Petrobras e ao CNP, para solução dos problemas ali levantados.

---

<sup>10</sup> O jornal *A Tarde* pertencia ao seu fundador, Ernesto Simões Filho, que também foi parlamentar federal e exerceu vários cargos políticos, inclusive o de ministro da educação em 1951. Este diário, ao longo de sua história, além de ter obtido notoriedade regional como um veículo de comunicação, a exemplo dos demais, sempre funcionou como uma tribuna, a partir da qual o seu fundador, seus sucessores e seus aliados defendem seus interesses.

Do exposto, tem-se que, no período entre 1954 e 1960, a Petrobras agia no Recôncavo Baiano segundo uma lógica eminentemente microeconômica desconsiderando quase completamente as demandas dos demais agentes sociais existentes na órbita de suas ações, os quais também tinham interesses diretos e/ou indiretos nas atividades vinculadas ao petróleo. Esse descrédito para com as demandas dos interlocutores regionais da Petrobras no Recôncavo Baiano constitui uma indicação evidente de que a estatal, até então não se havia tornado um agente social hegemônico no Recôncavo Baiano. Ao contrário, pela maneira como agia diante dos demais agentes sociais que nutriam interesses diretos e/ou indiretos pelas atividades do petróleo, a própria empresa fez surgir um grande movimento regional de reação aberta às suas ações na Bahia.

## **A Petrobras inaugura sua lógica bifacial**

O princípio básico da ação da Petrobras era o de atingir suas metas econômicas concomitantemente com o desafio de dar respostas positivas à imperiosa necessidade de, muito brevemente, prover o mercado brasileiro com o volume suficiente de petróleo, essencial ao progresso econômico do país. Nessa perspectiva, a Petrobras se apresentava aos seus interlocutores, concorrentes e/ou aliados, segundo a conveniência exigida no momento, ora com um argumento de uma empresa pública, ora com um argumento de almejar lucros, com sua face privada.

Segundo Abranches (1980) e Contreras (1994), a maneira ambígua com a qual as empresas estatais agem permite-lhes realizar tanto objetivos macroeconômicos, os de ordem mais social, voltados para a superação do atraso social e econômico regional/nacional, quanto os microeconômicos, comandados por suas necessidades de atingir as melhores taxas de lucro.

Abranches (1980) esclarece que a bifacialidade das ações dessas empresas constitui uma contradição insolúvel, própria da inserção do Estado na economia capitalista. Contudo, ela pode ser disciplinada com a implementação de mecanismos de controle político externo, de maneira sistemática, por parte do Estado sem o comprometimento de sua autonomia gerencial.

Ainda segundo o mesmo autor, a bifacialidade é uma característica inerente aos empreendimentos estatais existentes não só no Brasil e em muitos países da periferia da economia capitalista, como também em vários países que fazem parte do centro da economia capitalista mundial, a exemplo da França, Itália, Espanha e Inglaterra, dentre outros, em que o Estado age por meio de empresas comerciais e industriais diretamente e/ou em associação com grupos privados, como também identificaram Anastassopulos; Blanc; Dussage (1985).



Para Abranches (1980), a participação do Estado no processo de acumulação capitalista é determinada, principalmente, pelo estágio do desenvolvimento das estruturas produtivas nacionais, pelo grau de heterogeneidade das economias nacionais e também pela dinâmica da política dos interesses sociais nos distintos países.

Nessa linha de raciocínio, a autonomia conquistada por algumas empresas estatais deve-se ao próprio processo de criação das distintas empresas, seus objetivos e mecanismos de inserção na economia nacional, bem como aos procedimentos de regulação e financiamento a elas atribuídos, constituindo uma base social, política e econômica para o desenvolvimento do capitalismo na escala do país, diante da fragilidade financeira e tecnológica da empresa privada nacional (ABRANCHES, 1977; DAIN, 1977).

No Brasil, por exemplo, a autonomia com que a burocracia da Petrobras age reflete a natureza da própria constituição da empresa, gerada no calor dos debates em que a defesa do desenvolvimento nacional surgiu como projeto vencedor e, com isso, logo no início, adquiriu autonomia política. Num segundo momento, foi o próprio Governo (1964-1967) quem lhe outorgou a autonomia financeira ao lhe franquear a lucrativa exploração da distribuição dos derivados de petróleo, por meio de uma rede de postos de combustíveis e serviços; pela eliminação dos subsídios ao consumo de derivados do petróleo; pela reformulação da lei do Imposto Único sobre Combustíveis Líquidos (Decreto-Lei nº 61/66); pelo monopólio da importação nacional de petróleo e sua vinculação às exportações nacionais de produtos industrializados, dentre outras medidas (MARINHO JR., 1989; CARVALHO, 1977).

A partir de 1970, a própria conjuntura política, econômica, interna e externa favorável à estatal foi que conduziu a tecnoburocracia da estatal a tomar a iniciativa de ampliar exponencialmente sua autonomia, com a consolidação de sua estrutura organizacional conglomerada.

Isso posto, pode-se identificar no Recôncavo Baiano várias oportunidades em que a Petrobras fez uso do recurso da bifacialidade.

Esta empresa, ao empreender suas ações na região segundo uma lógica que não contemplava as demandas dos seus interlocutores regionais e industrialmente limitada, gerava entre esses agentes, na opinião pública e entre os políticos uma forte reação em protesto à política de agressividade microeconômica, quando se esperava que a companhia desenvolvesse ações fundamentalmente ligadas à criação de economias externas, como compreende Abranches (1980).

Sem dúvida, é flagrante a ação da Petrobras no processo de acumulação de capital, *vis à vis* o forte apelo das condições de mercado como determinante para a localização dos empreendimentos da organização, próximos às áreas de maior con-

sumo de derivados de petróleo, como fica evidente nas palavras de Fonseca (1959) já citadas anteriormente. Esse fato permitia à empresa maximizar a geração de lucros e dividendos para os seus acionistas, conforme se depreende dos dados relativos aos resultados financeiros globais da empresa, cujo lucro líquido sempre se manteve de maneira crescente (Tabela 10).

Tabela 10 - Receitas, despesas e lucro líquido da Petrobras – 1955/1962

Ano	Receita Total		Despesa Total		Lucro Líquido	
	Cr\$ (1.000)	US\$ (1.000)	Cr\$ (1.000)	US\$ (1.000)	Cr\$ (1.000)	US\$ (1.000)
1955	4.773.418,0	66.826,5	4.602.439,6	64.432,9	170.978,5	2.393,7
1956	9.723.196,0	138.113,6	7.868.959,0	111.775,0	1.854.237,0	26.338,6
1957	14.763.197,7	198.884,5	10.851.602,4	146.188,9	3.911.595,3	52.695,6
1958	23.204.784,3	182.198,4	16.640.263,6	130.655,3	6.564.520,7	51.543,0
1959	38.723.743,7	255.855,6	26.863.532,5	177.492,8	11.860.211,2	78.362,8
1960	57.305.390,8	307.316,9	43.108.725,9	231.183,2	14.196.664,9	76.133,8
1961	135.378.715,7	501.774,3	104.681.043,0	387.995,0	30.697.672,7	113.779,4
1962	238.293.040,4	614.157,3	194.607.156,9	501.564,8	43.685.883,4	112.592,5

FONTE: Organizada por Brito (2004), com base em matéria da Revista Petrobras (1953-1963 DEZ..., 1963). Não foram divulgados os dados para 1954; não se teve acesso aos dados posteriores a 1962.

Se não bastassem as ações, as palavras do Superintendente Regional da Petrobras na Bahia são esclarecedoras da bifacialidade da empresa ao utilizar o recurso da lógica privada das organizações econômicas capitalistas, na tentativa de contestar a acusação de que o estado da Bahia não se beneficiava da existência de petróleo em seu subsolo: “Antes de analisar esta outra afirmação, devemos ter em mente que a Petrobras é uma companhia de capital e de âmbito nacional. É sob este aspecto, também, que ela deve encarar os problemas que lhe são afetos” (BARROSO, 1959, p. 53).

No entanto, quando a questão se referia às melhorias dos salários e das condições de trabalho dos seus funcionários, seus diretores alegavam a natureza pública da empresa que não poderia assumir grandes encargos com salários, pois a empresa era do Governo e estava em fase de desenvolvimento, por isso “[...] a PETROBRAS não tinha condições de promover a equiparação com o pessoal de São Paulo, [...]” (PINTO DE AGUIAR, 1980 *apud* OLIVEIRA JR., 1996, p. 82-83).

A bifacialidade passaria a ser um recurso comum operado pela empresa, com vistas a tentar arrefecer a imagem negativa que a ela era atribuída por seus interlocutores na Bahia. Nesse sentido, a direção regional da Petrobras buscou dar relevo aos investimentos realizados no Recôncavo Baiano. Nesses investimentos pode-se identificar alguns elementos fortes que, no bojo de seu processo de inserção e fixação no Recôncavo Baiano, desde sua fase inicial, marcaram a cena com um conjunto de ações simultâneas, que “pavimentaram o caminho” para a realização dos interesses diretos da companhia e que, por consequência,

atingiu indiretamente resultados econômicos e sociais importantes em um meio de forte estagnação econômica.

Trata-se dos principais investimentos realizados pela estatal que, no Recôncavo Baiano, se materializaram em três frentes diferentes e concomitantes, a saber: a instalação de uma rede de estradas, a grande oferta monetária em circulação e o desencadeamento de um rápido processo de urbanização.

## **A implantação da rede de estradas**

Nos dias atuais tem-se apenas uma idéia aproximada das implicações da construção de uma rede de estradas de rodagem asfaltada ligando escritórios, fábricas, depósitos, cidades etc. às fontes de recursos para uma grande empresa, que lida com um tipo de produto (petróleo), de importância econômica, política e estratégica para os grandes grupos econômicos e Estados-nação. Essa importância aumenta, principalmente, num período pós-Guerra, em que o controle do acesso às fontes dessa matéria-prima para esses agentes tornou-se condição indispensável.

Até o início da década de 1950, por terra, o meio de transporte de carga mais utilizado no Recôncavo Baiano era o carro-de-boi, que vencía os obstáculos do terreno. A maior parte das terras desta região era formada de solos de massapê (vertissolo), originados da alteração físico-química da rocha gnaisse. Bastante argiloso, o solo se torna lamacento durante os períodos de abundância de chuvas. Essa condição natural constituía grande dificuldade para as operações de transporte da Petrobras. Ao longo dos anos 1950, a demanda de petróleo crescia exponencialmente e requeria ações rápidas e integradas da empresa no Recôncavo Baiano, com o fim de equacionar os problemas de transporte.

A precariedade das estradas de rodagem nesta região dificultava, quando não impedia, os trabalhos da empresa durante os períodos de grande concentração pluviométrica – cerca de 2.000 mm anuais – que se estende do mês de abril a junho. As operações de transporte da Petrobras requeriam o deslocamento de grande quantidade de material, máquinas, equipamentos, pessoal para trabalho nos campos e ainda parte do óleo cujo transporte era feito por caminhão e trem, tudo de maneira contínua.

No Recôncavo Baiano, a partir de fins dos anos 1950, houve uma mudança substancial na infra-estrutura de transporte terrestre, com a implantação e pavimentação asfáltica de uma parte da malha rodoviária estadual.

Com exceção da rodovia federal BR 324, Salvador-Feira de Santana, cujo asfaltamento foi concluído em 1959, essa novidade somente existia na parte Nordeste do Recôncavo Baiano, no sentido Salvador/Aracaju, a partir da cidade de Salvador, em decorrência da descoberta de grandes campos de petróleo e de gás natural em vários municípios localizados nessa área. Para superar as dificuldades de transporte em sua área de operações, no Recôncavo Baiano, a Petrobras passou a investir volumosos recursos da ordem de Cr\$ 300.000.000,00 (U\$ 2.355.527,64), em convênio com o Governo do estado da Bahia, no financiamento do programa rodoviário estadual.

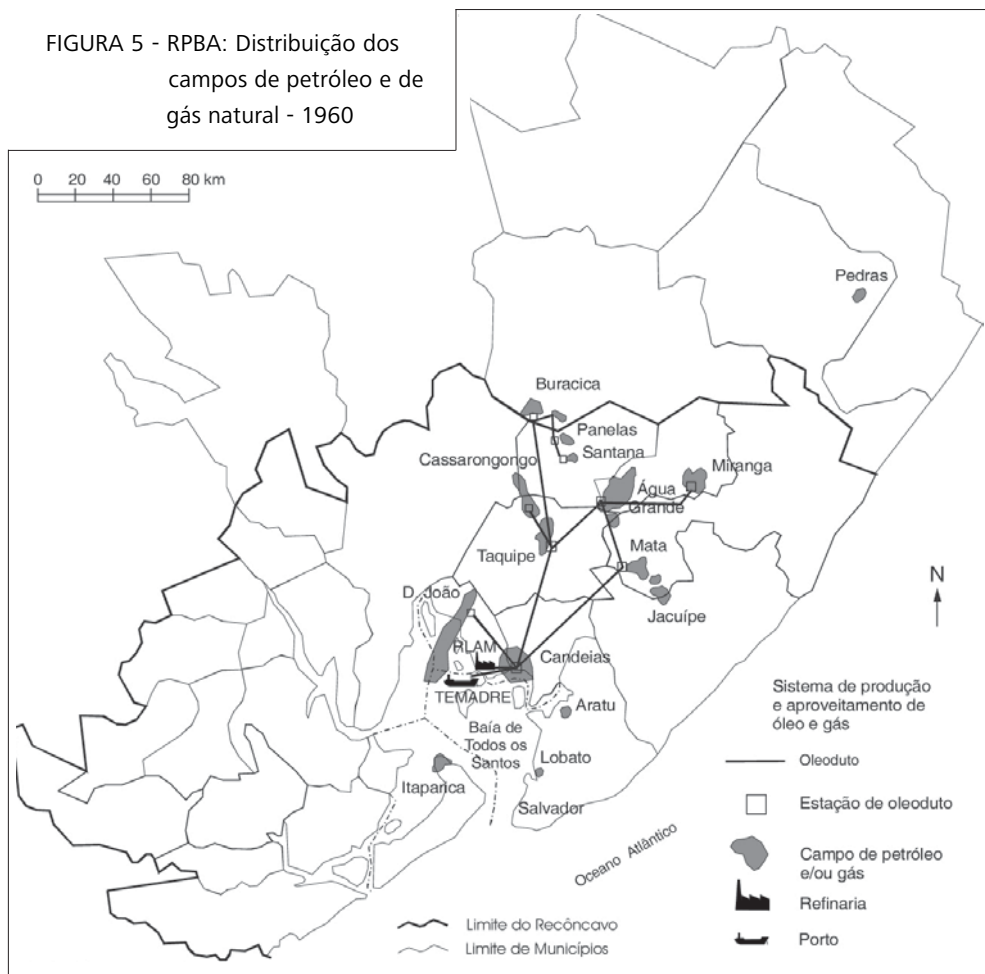
O montante de recursos envolvidos na execução das obras rodoviárias formava uma quantia superior à quota investida pela empresa que era de Cr\$ 135.000.000,00 (U\$ 1.059.987,44), a partir de 1956. Os recursos da quota-parte do Governo estadual para execução dessa parte do programa rodoviário eram provenientes da taxa de 1% de royalty devida aos municípios petrolíferos e que até 1956 era paga por intermédio do Governo estadual. Conforme explica Barroso (1959), por conta desse convênio, durante o período de 1956 a 1960, foram abertas várias estradas asfaltadas de acesso aos campos de petróleo em várias partes do Recôncavo Baiano.

Apesar de dispor de uma refinaria em funcionamento desde 1950 e também de uma grande oferta de óleo, as estradas na Bahia somente começaram a ser pavimentadas a partir de 1956, com o asfalto importado da RPBC. O asfalto, procedente inicialmente da RPBC e depois, também, da Refinaria de Duque de Caxias (Reduc), era desembarcado no Terminal Marítimo de Madre de Deus (Temadre), onde tinha uma base de suprimentos do Departamento Nacional de Estradas e Rodagem (DNER) e depois distribuído entre as firmas empreiteiras para a pavimentação da rodovia BR-116, Rio/Bahia, que foi inaugurada em 1963, e também para a pavimentação das demais estradas no estado da Bahia: a rodovia BR 101, inaugurada em 1972, a rodovia BR-324, em 1959, e parte da malha rodoviária estadual.

Deve-se observar que as primeiras estradas de rodagem asfaltadas no Recôncavo Baiano privilegiaram as áreas de interesse direto da Petrobras. Dessa maneira, tornou-se efetivamente possível uma articulação mais flexível, internamente, na específica área, organizada em torno das atividades da companhia.

Com a abertura das estradas foi permitido um amplo acesso rodoviário entre a capital e as áreas produtoras de petróleo. Com isso, a empresa resolveu seus problemas de transporte de máquinas, equipamentos, ferramentas, mantimentos, parte do petróleo e operários das cidades e acampamentos para os campos de produção, para a refinaria e vice-versa. Da mesma maneira, tornava-lhe acessível a força de trabalho em abundância, já que novas fronteiras urbanas foram abertas no Recôncavo Baiano por meio de ônibus, caminhões e de automóveis.

Durante a segunda metade dos anos 1950 os campos de petróleo em plena produção já alcançavam os municípios de Catu, Pojuca, Alagoinhas e também Entre Rios, este localizado mais ao Norte. A mesma celeridade era empregada na descoberta de novos campos de petróleo que se disseminavam nos municípios localizados nas áreas mais extremas ao Norte da Bacia Sedimentar do Recôncavo, em direção ao estado de Sergipe. Até esse momento o município de Entre Rios, com um campo produtor de óleo, era a localidade mais distante da capital, cerca de 130 km (Figura 5).



FONTE: Organizado por Brito (2004), com base em Fernandes (1958) e RBPA (1975).

A rede de estradas asfaltadas aberta de maneira seletiva em algumas partes do Recôncavo Baiano, no período de 1950/1960, foi suficiente para, num

primeiro momento, instrumentalizar o território em torno das atividades petrolíferas, para atender aos objetivos mais imediatos da Petrobras.

Contudo, essa rede de estradas construída pela Petrobras no Recôncavo Baiano não obedecia a outros critérios de integração espacial que não fossem o da própria companhia, ainda que essa infra-estrutura pudesse ser utilizada coletivamente como um equipamento público, como de fato passou a ser.

## **A grande oferta monetária em circulação**

Associado à abertura de estradas asfaltadas, um outro fato de substancial importância na dinamização das ações iniciais da Petrobras no Recôncavo Baiano foi, sem dúvida, a massa de recursos financeiros gerada pelas atividades da companhia na Região de Produção da Bahia (RPBA) e parte dela reinvestida nela própria.

Como ficou demonstrado na Tabela 10, a magnitude dos recursos gerados anualmente pela Petrobras era tão importante que a empresa programou um investimento, em suas atividades no Recôncavo Baiano, igual à receita total orçada do próprio Governo da Bahia para o exercício de 1959, que foi da ordem de Cr\$ 3 bilhões, ou seja, quase U\$ 20 milhões (BARROSO, 1959). O extraordinário desempenho econômico da companhia era sustentado pelo aumento exponencial da produção de petróleo que ocorria ano após ano, repercutindo, com isso, na possibilidade de realizar vultosos investimentos em suas atividades.

Até 1956, os recursos devidos aos municípios pela Petrobras eram arrecadados e repassados pelo Governo estadual, mas, a partir de 1957, a empresa passou a pagar os impostos e taxas diretamente aos municípios. Esse fato passou a gerar um incremento de receita anual bastante importante para os municípios petrolíferos, ainda que com o percentual de 1% sobre o total das matérias-primas extraídas de seus respectivos subsolos.

A Tabela 11 apresenta uma idéia aproximada do montante de recursos exclusivamente derivados da produção de petróleo pagos a alguns dos municípios petrolíferos durante o período em discussão.

Quanto ao Governo do estado, os pagamentos devidos pela Petrobras eram a cada ano sempre mais significativos como se pode inferir a partir da declaração do Superintendente Regional da Petrobras:

Nos três primeiros anos esta importância foi de Cr\$ 36.916.208,50 [U\$ 524.377,96]; em 1957, foi de Cr\$ 43.106.787,00 [U\$ 580.719,21] e no primeiro semestre deste ano já é de Cr\$ 40.356.208,40 [U\$ 550.937,99] devendo, no mínimo duplicar até dezembro (BARROSO, 1959, p. 54).

Tabela 11- Recôncavo Baiano: arrecadação de taxas de royalty e impostos de vendas e consignações, em alguns municípios petrolíferos - 1956/57

Municípios	Ano						
	1956		1957		Aumento 1956/1957		
	Cr\$ (1.000)	US\$ (1.000)	Cr\$ (1.000)	US\$ (1.000)	Cr\$ (1.000)	US\$ (1.000)	%
Pojuca	945,69	13,43	4.117,79	55,47	3.172,10	42,04	435,4
Mata de São João	1.104,56	15,68	2.000,94	26,94	896,38	11,26	181,2
Catu	2.774,36	39,4	4.796,16	64,61	2.021,80	25,21	172,8
São Francisco do Conde	1.752,19	24,88	2.370,23	31,92	618,04	7,04	135,3
TOTAL	6.576,80	93,39	13.285,12	178,94	6.708,32	85,55	202,0

FONTE: Organizada por Brito (2004), com base em Barroso (1959).

Enfim, a massa monetária em circulação na RPBA era de tal monta que os valores pagos referiam-se à ordem de milhões de cruzeiros em fins dos anos 1950, como afirma ainda Barroso, referindo-se ao ano de 1958:

No ano findo, por exemplo, o oleoduto ligando Catu-Mata-Pojuca à Mataripe e à Madre de Deus foi construído desta forma [obras extras]. Foi uma obra, que nos custou cerca de 172 milhões de cruzeiros [US\$ 1.350.502,21].

[...] êste ano até outubro pagamos 337 milhões de cruzeiros [US\$ 2.699.887,84] por várias obras que foram executadas por empreiteiras. Nos dez primeiros meses deste ano pagamos de salário ao pessoal nacional o total de Cr\$ 290 milhões [US\$ 2.323.345,62]; compramos na praça de Salvador por dia útil uma média de Cr\$ 750.000,00 [US\$ 5.888,82] (BARROSO, 1959, p. 54-55).

Como a Petrobras não era apenas uma grande empresa estatal, mas também detinha o monopólio do petróleo e do gás natural, a companhia arcava com despesas bastante vultosas, pagamentos diversos e, também, com a folha de salários de seus milhares de funcionários diretos. A esse respeito, Azevedo, T. (1959a, p. 14), destaca:

O montante de salários pagos e, em grande parte, lançados em circulação é extraordinário para o meio. A folha de pagamento do "campo" de Candeias é da ordem de Cr\$ 4 milhões mensais [US\$ 31.407,00]; a da Refinaria Landulpho Alves, de Cr\$ 8,5 milhões [US\$ 66.739,94]; a da ampliação da Refinaria, de Cr\$ 11 [US\$ 86.369,34]; a do "campo" de Catú, Cr\$ 6,8 milhões [US\$ 53.391,95]. O total de todos os salários na área em exploração e pesquisa somará mais de Cr\$ 30 milhões [US\$ 235, 552,76] mensais, sem computar os salários de técnicos de alto padrão, que recebem na Cidade do Salvador. Quanto às empresas empreiteiras [...] essas organizações receberam, somente nas obras de ampliação da refinaria,

em novembro último, cerca de Cr\$ 14 milhões [U\$ 109.924,62] que devem incluir boa parte de salários pagos no local.

Segundo informações de Azevedo, T. (1959a), em sua área de operações, na RPBA, a Petrobras reunia 7.553 funcionários diretos no fim dos anos 1950 e, possivelmente, uma parte ainda maior de funcionários subcontratados. Os funcionários administrativos e técnicos de nível superior e médio eram os melhor remunerados, eles percebiam salários “[...] muito acima dos proventos da maioria de proprietários rurais e urbanos, gerentes e funcionários de usinas, funcionários públicos e outros [...]” (AZEVEDO, T., 1959a, p. 14). Contudo, para os operários de campo, a maior parte dos funcionários da empresa, os salários situavam-se entre Cr\$ 5.500,00 e Cr\$ 6.450,00 [U\$ 36,34 e U\$ 42,62], sendo que o valor do salário mínimo determinado pelo Governo federal para o município de Salvador, em 1959, era de Cr\$ 4.500,00 [U\$ 29,72]. Para a mesma época, segundo dados do Anuário Estatístico do Brasil (AEB), o valor do salário mínimo era de Cr\$ 4.000,00 [U\$ 25,43], em: Catu, Itaparica, Mata de São João, Pojuca, Santo Amaro, São Francisco do Conde e São Sebastião do Passé, incluindo Feira de Santana e Alagoinhas; e de Cr\$ 3.600,00 [U\$ 23,79], em: Cachoeira, Camaçari, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, Maragogipe, Muritiba, Nazaré, Santo Antônio de Jesus, Sapeaçu, São Félix, São Felipe, São Gonçalo dos Campos e Conceição da Feira.

Certamente os salários dos “petroleiros” não eram tão elevados, pois sequer atingiam dois salários mínimos. Há de se considerar que o período era de inflação alta, entretanto, comparando-se os salários dos “petroleiros” com a média salarial regional, os empregados da Petrobras apareciam como a categoria de trabalhadores baianos mais bem pagos. Contra a política da Petrobras de pagar melhores salários aos seus funcionários, sempre se colocavam os usineiros e fazendeiros, com a finalidade de manterem sempre muito baixo o nível salarial regional, para continuar obtendo lucros elevadíssimos e manter a massa de trabalhadores do Recôncavo Baiano sem a possibilidade de opção de escolha de trabalho.

Essa importante novidade, representada pelo grande volume de dinheiro que entrava mensalmente em circulação nas cidades petrolíferas, e nas outras que se situavam em suas adjacências e/ou ficavam em sua órbita, dava partida a uma nova dinâmica econômica e social no velho Recôncavo. Essa mudança se verificava por meio dos salários dos “petroleiros”, de uma massa igualmente grande de operários, de firmas que prestavam serviços à Petrobras e de pagamentos diversos da própria empresa, contra a aquisição de bens e/ou serviços.

Nesse sentido, a perspectiva de almejar salários melhores e um emprego de prestígio, como o era na Petrobras, fazia com que uma parte importante da população em idade de trabalho e que habitava as áreas do entorno das atividades



petrolíferas se aproximasse da empresa, seja para trabalhar diretamente nela ou em firmas subcontratadas; seja ainda para fornecer mercadorias e serviços à própria empresa, às firmas contratadas e também aos seus funcionários. Essa nova dinâmica associada a outros fatores ligados principalmente às operações da companhia no Recôncavo Baiano, potencializou o início do processo de crescimento urbano em ritmo acelerado e de seus possíveis desdobramentos na RPBA.

## O desencadeamento de um rápido processo de crescimento urbano

A infra-estrutura construída pela Petrobras na RPBA, entre 1954 e 1960, para dar prosseguimento às suas operações de pesquisa, produção, transporte e processamento do óleo e do gás natural imprimiu, na referida área e em suas adjacências, a emergência de uma nova forma de organização e de reprodução do espaço geográfico.

Nesse período, a base construída para servir às operações da companhia envolveu várias obras de construção civil e montagem industrial de grande expressão, executadas simultaneamente e distribuídas por distintas partes da RPBA, conforme está sumarizado no Quadro 1.

Quadro 1 - Principais obras construídas para utilização pela Petrobras na RPBA - 1955/1960

Ano	Obras construídas
1955	- 50 km de oleoduto para conectar os campos de Miranga, Água Grande e Mata;
1956	- 100 km de oleoduto para conectar os campos de Painelas, Buracica, Taquipe e Candeias até a refinaria e ao Temadre; - Temadre; - construção de rodovias;
1957	- duplicação da RLAM (de 5 mil bpd, para 10 mil bpd); - 65 km de oleoduto para o Temadre; - construção de rodovias;
1958	- ampliação da RLAM (de 10 mil bpd para 42,5 mil bpd); - construção de rodovias;
1959	- ampliação do Temadre; - ampliação da RLAM (42,5 mil bpd);
1960	- conclusão da ampliação da RLAM (42,5 mil bpd); - construção de rodovias.

FONTE: Organizado por Brito (2004), com base em 1953-1963: DEZ... (1963), RPBA (1975).

Como conseqüência imediata dessas transformações no espaço geográfico, ocorreu um importante incremento na população residente nas sedes dos municípios petrolíferos, reforçado inclusive por um grande número de imigrantes que se instalou nesses municípios entre 1950 e 1960.

No Recôncavo Baiano, a população urbana aumentou, mas o incremento demográfico foi maior nas sedes dos municípios. Para os municípios localizados na RPBA, as taxas de incremento da população nas cidades foram as mais elevadas. Nesse sentido, o município de Candeias, emancipado de Salvador em 1958 tem grande destaque: até 1958, a localidade de Candeias era um subdistrito do município de Salvador, com uma população total de 3.607 habitantes distribuídos entre o povoado e a parte rural; em 1960, após a emancipação política, a população total do novo município passou para 18.484 habitantes, com 12,5 mil pessoas residindo na sede e quase seis mil na zona rural, representando um aumento total de mais de 500% na população em menos de dois anos.

Dos 12 municípios do Recôncavo Baiano, cujas respectivas cidades registraram aumento de população acima de 50%, apenas três: Conceição do Almeida (94,6%), Cruz das Almas (80,4%) e Sapeaçu (74,8%) não se localizam na RPBA; os outros nove municípios tiveram aumento entre 60% e 150% (Tabela 12).

Para os municípios petrolíferos, o fenômeno que aparecia como fator de atração da população era a presença da Petrobras, enquanto para os outros três municípios citados, as elevadas taxas de crescimento urbano deveram-se, principalmente, ao excedente demográfico no meio rural, em consequência da crise da fumicultura no estado da Bahia, iniciada em fins dos anos 1950 e que liquidaria a incipiente indústria baiana do fumo nas décadas seguintes.

Apesar de nos municípios fumageiros a crise da fumicultura ainda não ter se apresentado de maneira aguda durante os anos 1950, nos municípios canavieiros, a estagnação econômica já era patente e, de 19 usinas de açúcar existentes em 1942, dez já haviam encerrado suas atividades por volta de 1960.

O encerramento das atividades de um maior número de usinas não se concretizava de imediato, em decorrência de os usineiros prosseguirem firmemente em suas ações de se apoiarem nos seguintes expedientes: o apoio fiscal dos Governos estadual e federal; o apoio dos Governos estadual e federal para legitimar a elevação artificial dos preços do açúcar monopolizado pela firma S/A Magalhães; o esbulho, até as últimas consequências, de outros usineiros menores, de fazendeiros de cana independentes e dos operários e lavradores. Isso concorriam para a obtenção de resultados financeiros amortizadores do processo de liquidação das formas de relações sociais e de produção anacrônicas presentes até então no Recôncavo Baiano (LEFEBVRE, 1973).

Tabela 12 – Recôncavo Baiano: população rural e urbana – 1950/1960

Municípios	População							
	1950			1960			1950/60	
	Rural	Urbana		Rural	Urbana		Na Sede	
		Total	Na Sede		Total	Na Sede	Total	%
Catu	12.297	4.140	3.558	12.035	9.686	8.883	5.325	149,7
São Francisco do Conde	8.573	2.504	1.453	14.525	3.930	3.005	1.552	106,8
Camaçari	9.360	4.440	2.715	11.818	10.031	5.342	2.627	96,8
Conceição do Almeida	2.868	2.539	2.026	19.802	4.566	3.942	1.916	94,6
Cruz das Almas	14.064	6.758	6.758	12.006	12.190	12.190	5.432	80,4
<sup>(1)</sup> Alagoinhas	27.411	24.596	21.283	32.851	42.571	38.246	16.963	79,7
<sup>(2)</sup> Sapeaçu	9.300	2.154	1.206	10.239	2.924	2.108	902	74,8
Mata de São João	10.111	7.540	4.766	12.472	10.921	8.117	3.351	70,3
Itaparica	12.799	8.634	2.603	13.647	11.629	4.308	1.705	65,5
São Sebastião do Passé	12.501	5.079	2.544	15.663	8.300	4.140	1.596	62,7
Salvador	27.813	389.422	389.422	17.143	638.592	630.878	241.456	62,0
Pojuca	4.217	2.694	2.534	4.358	4.217	4.054	1.520	60,0
São Felipe	23.502	1.841	1.080	22.345	2.336	1.579	499	46,2
S. Gonçalo dos Campos	25.207	5.596	3.771	26.091	7.343	5.391	1.620	43,0
Santo Amaro	55.808	29.931	12.258	53.658	46.563	17.226	4.968	40,5
Conceição da Feira	8.286	2.246	2.246	8.361	3.057	3.057	811	36,1
Nazaré	11.504	12.541	11.205	12.281	15.977	14.644	3.439	30,7
Santo Antônio de Jesus	17.829	11.839	11.417	18.352	15.486	14.902	3.485	30,5
Muritiba	22.757	8.848	7.452	24.457	13.589	9.679	2.227	29,9
Maragogipe	21.680	15.188	9.744	20.420	19.322	12.575	2.831	29,1
Cachoeira	14.163	12.816	10.825	14.953	13.916	11.415	590	5,5
Aratuípe	4.060	2.291	1.432	4.212	2.646	1.508	76	5,3
São Félix	8.814	5.987	5.872	8.807	6.059	5.993	121	2,1
Jaguaripe	7.425	2.978	1.006	8.448	3.410	941	-65	-6,5
<sup>(2)</sup> Candeias	...	...	...	5.984	12.500	12.500	-	-

FONTE: Organizada por Brito (2004), com base em IBGE (1950, 1961).

NOTAS: ... Dado não divulgado; – Dado igual a zero, não resultante de arredondamento.

(\*) Município petrolífero localizado fora do Recôncavo;(\*\*) Município emancipado na década de 1950.

Se nenhuma novidade se apresentava como alternativa à crise, nessa parte do Recôncavo Baiano, essa parte do espaço geográfico tornava-se, predominantemente, um centro de expulsão de população. Dessa maneira, o incremento demográfico nas cidades ali localizadas ocorria com percentuais mais baixos que na parte da RPBA.

Durante o lapso de tempo em análise, no que se refere à evolução econômica e social do Recôncavo Baiano, é sugestivo destacar que, entre os municípios açucareiros, Santo Amaro é o mais importante e também o que mais perdeu população entre 1950 e 1960. No Recôncavo Baiano, somente esse município aparece numa lista dos 27 municípios baianos, que mais perderam população para o estado de São Paulo em 1952; nesse ano emigraram de Santo Amaro, 1.731 pessoas para São Paulo, conforme evidencia o estudo de Borges (1958).

Ao longo da década de 1950, no Recôncavo Baiano, a divisão espacial da produção já se encontrava organizada predominantemente em torno das atividades da cana-de-açúcar e do fumo de um lado, e as atividades petrolíferas e de criação de gado do outro. A economia do Recôncavo Baiano ainda estava imersa em seu longo processo de estagnação estrutural e, subjacente a isso, permanecia, em 1960, uma estrutura fundiária fortemente concentrada, com 68% das terras formando os grandes estabelecimentos, os quais totalizavam 4,6% dos estabelecimentos agrícolas (BAHIA, [1972?], t. III).

Esse fato resultava na formação de um grande excedente demográfico no meio rural, que se dirigia inicialmente para as cidades mais próximas, daí para as maiores e, em seguida, para a capital; parte desse excedente demográfico também migrava para fora do estado da Bahia. Sobre a dinâmica da população no Recôncavo Baiano, nesse período, evidencia Santos, M. (1959a, p. 25):

Mais recentemente, a decadência da cultura do fumo tem contribuído para aumentar a população urbana dessa área. Incapaz a zona rural de reter excedentes, um processo migratório tem início e vai se terminar nas maiores cidades da região e em Salvador, sem falar nos que emigram para o Sul do país, ou encontram ocupação nos trabalhos petrolíferos.

Essa assertiva é também corroborada pelos resultados de uma pesquisa dirigida por Beaujeu-Garnier em 1961, sobre a migração de população para a cidade de Salvador, cuja maior parte das famílias entrevistadas (75,4%) procedia do próprio Recôncavo. Tal fato levou-a a afirmar que:

[...] plus des quatre cinquièmes des migrants attirés par Salvador viennent d'un rayon de moins de 200 kilomètres autour de la ville, résultats qui s'opposent à l'opinion courante, d'après laquelle ce sont surtout les originaires de l'intérieur séc, la région la plus misérable, qui viennent chercher refuge dans la grande ville côtière (BEAUJEU-GARNIER, 1962, p. 293).<sup>11</sup>

Com efeito, no Recôncavo Baiano, a área petrolífera surge como um centro de forte atração de população, acusando as mais altas taxas de imigração, de 10% e mais (Tabela 13), e de elevado crescimento urbano, ambos estimulados pelas atividades diretas e indiretas da Petrobras que demandava pessoal, produtos e serviços, em grande escala.

---

<sup>11</sup> [...] mais de quatro quintos dos migrantes atraídos pela cidade de Salvador vêm de uma distância de menos de 200 km em torno da cidade, resultados que se opõem à opinião corrente, segundo a qual são, sobretudo, os originários do interior seco, a região mais pobre, que vêm buscar refúgio na grande cidade litorânea (BEAUJEU-GARNIER, 1962, p. 293, tradução nossa).

Dos dez municípios que acusaram uma taxa de imigração acima de 10%, apenas dois não faziam parte da RPBA. Os dois municípios que registraram as maiores taxas de imigração foram Candeias, com 37% e São Francisco do Conde, com 27,3%, ambos localizados na antiga zona açucareira, e que tiveram como principais fatores de atração de população as atividades de prospecção e extração de óleo e de gás dos primeiros grandes campos de petróleo e gás natural, o desenvolvimento das obras de construção e a posterior ampliação da RLAM e do Temadre. Tais fatores contribuíram para atrair e fixar uma numerosa população nas proximidades imediatas de onde estavam sendo realizadas tais atividades.

As palavras de Souza, G. (1976, p. 46) confirmam esse fato:

Nos anos que vão de 1950 a 1965, correspondentes ao período em que a Petrobras mais recrutou mão de obra, foi significativa a parcela de migrantes absorvida por vários dos municípios onde a empresa atuava, principalmente por Candeias, S. Francisco do Conde e Camaçari.

As elevadas taxas de crescimento urbano verificadas nos municípios petrolíferos, ao longo do período, resultaram do entrelaçamento das seguintes condições:

a) a rede de estradas asfaltadas construída na área de operações da Petrobras favorecia, ao mesmo tempo, as operações de transporte da empresa, a circulação de pessoas e de mercadorias e, conseqüentemente, os fluxos migratórios de população do campo para as cidades e de uma cidade para outra;

b) as ações da empresa, principalmente nas cidades próximas aos alojamentos dos funcionários, por meio da grande oferta monetária em circulação em forma de salários pagos a seus milhares de funcionários diretos e outros tantos indiretos e pelos gastos diversos da empresa, a título de pagamentos a várias firmas subcontratadas, para execução de seus serviços e aquisição de mercadorias;

c) a maior concentração da propriedade fundiária, inclusive sob domínio da própria Petrobras, como se esclarece:<sup>12</sup>

Levando-se em consideração apenas a estrutura fundiária, observa-se que a Zona Norte é a mais concentrada, ou seja, é aquela onde se localiza o maior número de municípios com elevadas taxas de concentração, destacando-se Camaçari, com grau equivalente a 0,85 [...]. Esta situação tende a perdurar, em face da indivisibilidade das terras da PETROBRAS (antes ocupadas nos trabalhos de perfuração), além da volta recente da pecuária de corte desenvolvida em regime extensivo ( BAHIA, [1972?], t. III, p. 12);

---

<sup>12</sup> Segundo informa BAHIA ([1972?], t. III, p. 18), a Petrobras conseguiu adquirir, por mecanismos de desapropriação, cerca de 6.000 ha de terras na RPBA. A superfície total da área que limita o Recôncavo baiano é de 16.071,9 km<sup>2</sup>, ocupa 2,83% da área total do estado da Bahia que possui 567.295 km<sup>2</sup>. A área total de propriedade da Petrobras na RPBA é de 60 km<sup>2</sup>.

Tabela 13 – Recôncavo Baiano: população total e imigrante residentes há até 10 anos no município - 1960

Municípios	População		
	Total	Imigrantes	
		Total	%
Candeias	18.484	6.830	37,0
São Francisco do Conde	18.455	5.037	27,3
Camaçari	21.849	5.121	23,4
Mata de São João	23.393	4.604	19,7
Catu	21.721	3.754	17,3
Pojuca	8.575	1.397	16,3
Alagoinhas	75.422	11.869	15,7
Salvador	655.735	101.152	15,4
Santo Antônio de Jesus	34.018	4.281	12,6
Nazaré	28.258	3.323	11,8
São Sebastião do Passé	23.963	2.403	10,0
Jaguaripe	11.858	1.026	8,7
Itaparica	25.276	2.157	8,5
Cruz das Almas	24.196	1.870	7,7
São Félix	14.866	1.129	7,6
Conceição do Almeida	24.368	1.777	7,3
Sapeaçu	13.163	858	6,5
Conceição da Feira	11.418	531	4,7
Maragogipe	39.742	1.735	4,4
Cachoeira	28.869	1.179	4,1
Santo Amaro	100.221	3.987	4,0
Muritiba	38.046	1.314	3,5
São Felipe	24.681	816	3,3
São Gonçalo dos Campos	33.434	943	2,8
Aratuípe	6.858	170	2,4
<b>TOTAL</b>	<b>1.326.869</b>	<b>169.263</b>	<b>12,8</b>

FONTE: Organizada por Brito (2004), com base IBGE (1961).

Dessa maneira, o conjunto urbano, ainda que em fase de desenvolvimento, organizado em torno das atividades da Petrobras, passou a constituir uma bacia de força de trabalho, ao tempo em que também se ampliavam os efetivos urbanos e todas as possíveis implicações de um processo de urbanização em

curso, que servia, muitas vezes, de apoio às necessidades da empresa, como, por exemplo, a instalação de agências bancárias nas cidades mais importantes da RPBA. A presença de agências bancárias nas cidades da RPBA foi deveras importante para a empresa, pois, antes disso, o dinheiro destinado ao pagamento dos salários dos funcionários no campo era transportado de caminhão de valores, sob o risco iminente de assaltos.

A esse respeito registra Azevedo T. (1959a, p. 19), referindo-se ao ano de 1958:

Em uma das cidades aqui referidas, um banco de praça da Capital abriu há 2 meses uma agência que, no dia de sua inauguração recebeu depósitos no total de Cr\$ 6 milhões [US\$ 47.110,55]; hoje tem 105 contas de menos de Cr\$ 200 mil [US\$ 1.570,35], faz um movimento animador e já está construindo seu prédio próprio; por seu intermédio, são pagos os salários de empregados de uma empresa empreiteira que executa obras para a PETROBRAS (cerca de Cr\$ 1.500.000 mensais) [US\$ 11.777,64]. Noutra cidade abrir-se-á brevemente a agência de outro banco. Ambos os estabelecimentos são os primeiros do gênero nessas cidades.

Ainda que não estivesse tão avançada a divisão do trabalho no Recôncavo Baiano, o processo já se tinha iniciado. Dessa maneira, guardadas as devidas proporções e singularidades, a RPBA começava a passar por transformações significativas na organização do espaço geográfico, como se refere Smith (1988, p. 181), “[...] quanto mais avançada esteja a divisão do trabalho, maior tende a ser o número de serviços e atividades acessórias exigidos por um dado processo de produção [...]”. Assim, as condições para a expansão das atividades da companhia na RPBA se consolidavam à medida que iam surgindo novas demandas.

Com a expansão das atividades da Petrobras no Recôncavo Baiano, os núcleos urbanos “adormecidos” e os novos que surgiam entraram em um dinâmico processo de crescimento, acompanhado do fenômeno da urbanização que, entretanto, se desenvolvia de maneira mais lenta. Esses núcleos urbanos passaram a desempenhar novos papéis, em decorrência das novas demandas que surgiam a partir de fins dos anos 1950, provocadas, principalmente, pela Petrobras. As impressões de Azevedo, T. (1959a, p. 14) sobre o processo de urbanização na área petrolífera corroboram essa assertiva:

A Petrobras faz o grosso de suas compras na capital do estado; todavia compra algum material de construção, alimentos, medicamentos [...] e outros artigos miúdos nas cidades próximas aos seus serviços, mesmo fora da área de lavra como em Feira de Santana e Alagoinhas. [Em Candeias], ali como noutros “campos” compram-se verduras, ovos, aves, carne, farinha produzidos nos arredores pelo estímulo da demanda de tantos consumidores novos.

A massa de dinheiro em circulação na RPBA, em forma de salários e gastos diversos da Petrobras, principalmente nas cidades próximas aos alojamentos dos funcionários e aos campos de petróleo e gás, induziu, em pouco tempo, uma grande elevação dos preços nos mercados locais, sobretudo nos itens habitação, alimentação, vestuário e serviços pessoais. Além disso, verificou-se também uma significativa segmentação social e mudança de hábitos na população, indicando a emergência do fenômeno da urbanização destacado por Azevedo, T. (1959a, p. 14):

[...] aumenta o número de bares, sorveterias, farmácias, lojas de miudezas, fazendas, artigos de toilette; surgem casas de artigos elétricos, rádios, móveis, fogões a gaz e a querozene, bicicletas, até geladeiras, tudo denunciando um processo intensivo de urbanização com toda sua fenomenologia sócio-cultural.

O aumento da arrecadação de receitas nos municípios petrolíferos permitia às municipalidades implantar e/ou ampliar a infraestrutura pública como, por exemplo, a pavimentação de ruas, a rede de energia elétrica, a rede de abastecimento de água e saneamento além de outros serviços públicos de uso coletivo. A vida simples das populações dessas cidades se abria à complexidade do novo modo de vida que já começava e se fazer presente.

Por seu turno, a condição de metrópole regional da cidade do Salvador e sua posição geográfica em relação à RPBA consolidou a sua função de “cidade-chave” de segundo nível para as grandes empresas multidivisionais e multilocalizadas, como sugere Hymer (1978).<sup>13</sup>

Na segunda metade da década de 1950, a cidade do Salvador atendia às demandas de contatos mais diretos entre as atividades da empresa no Recôncavo Baiano e sua sede geral na cidade do Rio de Janeiro, os quais eram intermediados pela sede regional em Salvador.

Na cidade do Salvador, desde 1954, localiza-se a sede regional da Petrobras, onde são centralizadas todas as operações desenvolvidas regionalmente e sua abrangência espacial envolve as regiões Norte e Nordeste do Brasil e o estado do Espírito Santo. As funções desempenhadas pelo corpo administrativo da empresa em Salvador inclui desde o provimento do mercado regional com derivados de petróleo até a lavra e industrialização do óleo e do gás natural.

A sede regional da Petrobras em Salvador é responsável pela gerência de pessoal e de compras; por contatos com os fornecedores e compradores de produtos e

---

<sup>13</sup> Chandler (1998), Hymer (1978) e Clark (1985) discutem os mecanismos que levam as grandes empresas multidivisionais e multilocalizadas a localizar seus escritórios da: alta gerência – tomada de decisões – nas grandes cidades (cidades-chave de I nível), junto às sedes de outras grandes empresas, bancos, o Governo etc., gerência das atividades desenvolvidas regionalmente e de médio prazo, nas cidades grandes de abrangência regional (cidades-chave de II nível); da gerência das atividades desenvolvidas localmente, junto à fábrica.



serviços e pela coordenação da produção regional. Nessa cidade, reside a maioria dos funcionários ligados à produção e aos setores de direção da empresa na Bahia.

Enfim, todo esse processo sócioeconômico-espacial envolvendo a concentração de força de trabalho em dados locais, a inversão de grande volume de capital de maneira contínua ao longo do tempo, a localização de infraestrutura, indústria e pontos de apoio logístico e outras necessidades, todos mobilizados pela Petrobras em torno de suas atividades, na RPBA, tinha um único sentido, o de prover as demandas requeridas pela própria empresa. A dispersão dos campos de petróleo e de gás natural e a grande escala de produção de matérias-primas desses campos, implicam um amplo alcance espacial das ações diretas da empresa nessa parte do Recôncavo Baiano, suscitando a agregação de novas áreas à RPBA.

Como ficou patente, o período compreendido entre a chegada da Petrobras no Recôncavo Baiano, em 1954, e a realização da “Conferência do Petróleo”, em 1959, foi marcado por relações unilaterais praticadas pela estatal sobre seus interlocutores regionais. Essas ações se fundamentavam em uma doutrina militarizada e centralista da antiga gerência da companhia que, amparada na lei do monopólio estatal do petróleo e na ideologia do progresso e da segurança nacional, impunha seus interesses aos demais agentes regionais, os quais, direta e/ou indiretamente eram tocados pelos negócios em torno do petróleo.

Convém salientar mais uma vez, que não havia qualquer tipo de homogeneidade de interesses entre os distintos interlocutores regionais da Petrobras – o Governo baiano, usineiros, banqueiros, fazendeiros, demais empresários, trabalhadores do açúcar e do fumo, políticos e estudantes – a única questão que os unia era tentar quebrar a forma de ação arbitrária do inimigo comum, o que certamente proporcionaria a *posteriori* o atendimento de parte dos interesses específicos de cada um dos agentes e/ou de alguns.

Apesar de a Petrobras ter realizado vários investimentos na RPBA, contribuindo para as transformações significativas nessa parcela do espaço geográfico, tal fato ocorria em benefício dos interesses microeconômicos da empresa que se contrapunham a ações de natureza macroeconômicas, esperadas por seus interlocutores regionais, os quais tinham suas demandas postergadas e/ou preteridas pela empresa.

Dessa maneira, os agentes regionais, insatisfeitos com a condição de subjugação imposta pela Petrobras, buscavam por vários meios reagir às ações tomadas unilateralmente por um adversário comum e vigoroso. O fato de as relações entre os referidos agentes serem determinadas, até então, predominantemente, por meios coercitivos implicava o não-surgimento de um agente hegemônico nessas relações. Como resultado, a existência de um território estruturado em torno das relações entre a Petrobras e seus interlocutores regionais na RPBA ainda estava por ser construído.

## O processo de expansão organizacional da Petrobras a partir dos anos 1960 e a industrialização do estado da Bahia

Em 1960, ao realizar uma greve vitoriosa por equiparação salarial com seus companheiros de São Paulo, o Sindicato dos Petroleiros da Bahia já havia descoberto sua força e sua importância política nos meios governamentais – aproveitando-se da permissividade dos governantes populistas – em relação ao monopólio do petróleo. Ao longo dos três anos, nos quais o sindicato dos petroleiros exerceu verdadeira influência na indicação de nomes para a alta direção da Petrobras ele contribuiu diretamente na escolha de quatro presidentes da empresa; todavia, na mesma medida, também contribuía para os destituir, num processo de autofagia (MARINHO JR., 1989; CARVALHO, 1977).

Segundo entrevista concedida por Josaphat Marinho ao jornal *A Tarde*, a importância política do Sindicato dos Petroleiros da Bahia era tamanha que, se o Presidente Jânio Quadros não tivesse renunciado no início do mandato, possivelmente teria transferido a sede geral da Petrobras, do Rio de Janeiro para Salvador (A BAHIA..., 2001). Essa importância política se sustentava no grande volume de produção de óleo da RPBA e nos compromissos políticos entre os governos populistas e os sindicatos de trabalhadores.

Na sequência das administrações populistas no Brasil, o novo Governo instalado em 1961 tratou de cumprir os compromissos assumidos com os sindicatos e, imediatamente, designou dois baianos: Geonísio Barroso, um técnico de carreira para dirigir a Petrobras, e Josaphat Marinho, um político e professor de direito da Universidade da Bahia para dirigir o CNP. O Presidente da República, no entanto, renunciou com menos de um ano de mandato e, em seu lugar, assumiu o Vice-Presidente da República João Goulart, sob a ameaça de embargo pelas forças políticas conservadoras presentes no Congresso Nacional Brasileiro.

Com o novo Governo e sob nova orientação política, Geonísio Barroso foi substituído pelo professor de direito da Universidade da Bahia, Francisco Mangabeira, que também permaneceu no cargo de presidente da Petrobras por um ano apenas.

O período compreendido entre setembro de 1961 e março de 1964 foi marcado por uma forte instabilidade no ambiente político e institucional brasileiro, com o risco iminente de deposição do Governo constitucional pelas forças de oposição (militares golpistas e políticos conservadores), que conspiravam contra o frágil governo de João Goulart. É nesse contexto que o Governo tenta se equilibrar, buscando atender às demandas do jogo de forças que lhe dava sustentação política; essa situação se refletia diretamente na Petrobras.

A empresa, por não dispor de recursos técnicos e financeiros suficientes para investir nas custosas atividades de prospecção do óleo no país (em meio a uma conjuntura de inflação elevada), não conseguia descobrir novas jazidas de petróleo fora do Recôncavo Baiano e, com isso, se desmoralizava diante de seus críticos (CARVALHO, 1977). Externamente, as críticas partiam dos opositores do monopólio estatal e internamente, dos funcionários ligados ao Sindipetro, que defendiam o monopólio integral das atividades ligadas ao petróleo no país, a encampação das refinarias particulares e nomeações de funcionários indicados pelo sindicato para cargos de chefia (MARINHO JR., 1989).

Essas críticas aliadas aos compromissos políticos do Governo com os sindicatos contribuíram decisivamente para a efemeridade da ocupação do cargo de presidente da Petrobras. Assim, mais dois presidentes – Albino Silva (06/1963 a 01/1964) e Osvino Alves (01/1964 a 04/1964), ambos oficiais militares de alta patente – ocuparam, sem sucesso, o posto de presidente da companhia, pois não conseguiram atender integralmente às demandas do sindicato.

A instabilidade da alta cúpula da Petrobras refletia a precariedade política do Governo de João Goulart até o golpe militar de 31 de março de 1964.

Durante o aludido período, a empresa acumulou prejuízos com o baixo desempenho apresentado ano a ano e, com isso, ocorreu o desgaste político diante da opinião pública, provocado pelas disputas de posições internas entre as correntes sindicais e os quadros tecnocráticos. Amparado pela opinião majoritária do Governo, ou seja, pela defesa do monopólio do petróleo, o escopo autonomista dos quadros tecnocráticos da companhia (privilegiar os interesses microeconômicos) resistia aos interesses exclusivamente corporativistas dos sindicatos e também ao assédio dos grupos regionais de pressão.

Nesse ínterim, ao lado dos demais investimentos da Petrobras (programados e em desenvolvimento em algumas partes do país) para o Recôncavo Baiano, em cumprimento de alguns pontos do acordo proclamado na Carta do Petróleo ficaram decididas, a partir de 1961, a implantação e a operação pela companhia dos seguintes empreendimentos: uma fábrica de asfalto junto ao Temadre; o Conjunto Petroquímico da Bahia (Copeb), em Camaçari, constituído de uma fábrica de amônia e outra de uréia<sup>14</sup>; uma fábrica de gasolina natural junto à refinaria de Mataripe, com capacidade para processar 400 a 450 m<sup>3</sup>/dia de líquido de gás natural; novas ampliações na RLAM e demais investimentos (BAHIA: UM... 1971; PLANTA DE... 1962).

As fábricas de amônia e de uréia foram dimensionadas para produzir 200 e 250 toneladas por dia, dos respectivos produtos, para produção de fertilizantes nitrogenados à base de gás natural proveniente dos campos do Recôncavo Baiano.

---

<sup>14</sup> Atualmente o antigo Copeb constitui a Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados (Fafen) da Petrobras.

Para extração de gasolina natural estavam sendo construídas desde 1961, duas unidades de processamento de gás localizadas, uma no município de Catu e outra em Candeias. Nessas unidades de processamento são retirados do gás natural: gasolina, propano, butano e hexano, que são enviados, por dutos, para a fábrica de gasolina natural na refinaria. Empobrecido, o gás retorna aos campos para ser reinjetado nos poços, com o fim de manter a pressão interna para favorecer a recuperação do óleo.

Ainda em cumprimento ao acordo da Carta do Petróleo, a Petrobras, buscou atender à orientação do CNP (dirigido à época por Josaphat Marinho), procedendo a majoração do percentual da taxa de royalty, de 5% para 8% destinado ao estado da Bahia, e de 1% para 2% em favor dos municípios petrolíferos. A empresa também ampliou esses direitos para a exploração submarina – medida extensiva a outras partes do país – ao mesmo tempo passou a pagar os respectivos royalties atrasados referentes aos campos submarinos.

A execução de tudo isso se daria, porém, sem a participação acionária de capitais privados, o que atendia só parcialmente às demandas dos grupos empresariais regionais (banqueiros, usineiros e grandes comerciantes), que pleiteavam participar dos negócios do petróleo e do gás natural.

Mesmo com esse novo ânimo esboçado pela nova orientação dos investimentos da Petrobras no Recôncavo Baiano, os grupos regionais de pressão (banqueiros e demais empresários), interessados na definição de uma nova política de ação econômica da companhia no Recôncavo Baiano, não lograram os benefícios almejados, pois esses grupos ainda permaneceriam por mais algum tempo aliados de uma atividade econômica mais robusta e de longa duração proporcionada pela Petrobras. Contudo, esses agentes eram contemplados com a contratação temporária de vários tipos de serviços, desde obras civis e de montagens industriais até transporte de valores.

Nesse lapso de tempo, a economia baiana seguia sua trajetória de tendência declinante. Os capitais regionais reproduziam-se de maneira precária e limitada, dependentes de contratação de serviços do Governo estadual (este sem boas perspectivas de arrecadação financeira), de serviços extras da Petrobras e da lavoura cacaueteira (secundada pelo fumo, pela mamona, pelo sisal e por outros produtos primários) que, embora lucrativa como as demais, também dependia das flutuações de safras e dos preços nos mercados estrangeiros.

Do lado da indústria, não se podia alimentar grandes aspirações, pois, em grande parte, era constituída de pequenas firmas, cada qual com quatro funcionários em média. Em 1960, o conjunto de firmas industriais gerou em média cerca de U\$ 2.300 por estabelecimento; mas em meio a uma miríade de firmas pequenas e de pouca expressão econômica se destacava quase uma centena de firmas, entre as quais, a refinaria da Petrobras, usinas de açúcar, fábricas têxteis,

fábricas de fumo, moinhos de trigo etc., que eram responsáveis pela geração de cerca de 70% do Valor da Transformação Industrial (VTI), ocupando menos de 2% dos estabelecimentos industriais (Tabela 14).

Tabela 14 - Firms industriais: constituição jurídica e valor da transformação industrial no estado da Bahia - 1960

Constituição jurídica	Estabelecimentos	% do total de estabelecimentos	Valor da transformação industrial (US\$)	% do total do Valor da transformação industrial
Firmas individuais	5.224	87,8	11.954.179	13,5
Sociedades de responsabilidade limitada	340	5,7	11.172.805	12,6
Sociedades de pessoas	245	4,2	3.221.850	3,6
Sociedades anônimas	97	1,6	61.722.550	69,6
Entidades públicas	30	0,5	507.876	0,6
Outras	14	0,2	68.715	0,1
TOTAL	5.950	100	88.647.975	100

FONTE: Organizada por Brito (2004), com base IBGE (1966).

Em 1960, o Recôncavo Baiano concentrava 24% de todos os estabelecimentos industriais da Bahia e 47,2% do total do VTI; no município de Salvador, estavam localizados 47,7% dos estabelecimentos industriais existentes no Recôncavo Baiano, nos quais foram gerados 54,7% do VTI.

Em situação financeira limitada, a maioria das firmas, utilizando tecnologia arcaica, não estava em condições de produzir mercadorias em quantidade, qualidade e preços suficientes para competir com as mercadorias vindas de outras partes do país, principalmente do eixo São Paulo/Rio de Janeiro.

No final dos anos 1950, o centro econômico nacional – São Paulo/Rio de Janeiro – já dispunha de um parque industrial complexo, constituído de indústrias – automotivas, de máquinas, químicas e petroquímicas, siderúrgicas, de plásticos, de material elétrico etc. –, com elevado grau de sinergia a jusante e a montante, e que se ampliava rapidamente. Apesar da grande distância física entre essa região e a Bahia, já relativizada pelo uso corrente do transporte de cargas por caminhões, as mercadorias de melhor qualidade e preço, procedentes desse eixo urbano-industrial em expansão, disputavam, com grande vantagem, o mercado de consumo baiano e deslocavam as mercadorias produzidas localmente para as áreas de mercado constituídas de consumidores de baixa capacidade de compra, tanto na capital, como no interior (CASTRO, 1975).

A penetração de mercadorias em certas áreas de mercado na Bahia, em quantidade cada vez maior, provenientes do eixo São Paulo/Rio de Janeiro passou a ser mais efetiva a partir da conclusão do asfaltamento da rodovia BR 116

– Rio/Bahia –, em 1963. Esse fato, devido à flexibilidade de entrega de mercadorias porta a porta, associado ao deslocamento de pequenos volumes, compensava o preço do frete de longa distância (MANZAGOL, 1985); isso favorecia sobremaneira um volume crescente de intercâmbio de mercadorias entre a Bahia e o eixo industrial São Paulo/Rio de Janeiro.

Se não bastassem a conjuntura de altas taxas de inflação, os salários muito baixos e a ação essencialmente especulativa dos grandes capitalistas regionais, uma grande área do estado da Bahia (mais de 60%) localiza-se nos limites de clima semi-árido – polígono das secas – sujeito a fortes e constantes secas como as que ocorreram em 1952 e em 1958; esta última teve seus efeitos negativos prolongados até 1962.

Ao lado do fator natural negativo, porém tecnicamente contornável, colocavam-se, implacavelmente, as ações dilapidadoras dos coronéis do sertão (LEAL, 1976) e das demais áreas rurais e pequenas cidades da Bahia articulados, por meio do voto e da clientela, à burguesia mercantil/financeira e letrada da capital (SAMPAIO, N., 1960), que juntos agravavam (e continuam agravando) consideravelmente, as possibilidades de progresso econômico e social da Bahia.

Para se ter uma medida do grau de atraso das oligarquias baianas, nas eleições municipais de 1976, o partido governista, a Aliança Renovadora Nacional (Arena), apresentou elevado desempenho eleitoral nos municípios com até 10.000 habitantes: 87,4% e 78,4% dos votos apurados para prefeitos e vereadores, respectivamente; e nos municípios de baixo grau de urbanização: 88,3% e 74,8% dos votos apurados para prefeitos e vereadores, na mesma ordem (BAHIA..., 1979). Apesar de não ser exclusivo da Bahia, isso indica uma forte correlação com vínculos coronelistas, já identificados por Sampaio, N. (1960) nas eleições municipais baianas de 1959.

Nessas condições, as bases econômicas para a reprodução futura dos capitais regionais no estado da Bahia já estavam comprometidas *a priori*, enredadas nos laços da aliança entre as oligarquias mercantil-financeiras e os coronéis do Sertão, que reproduziam o “enigma baiano”, representado pelo longo processo de letargia econômica.

Todavia, o estado da Bahia não estava sozinho nesse ambiente de estagnação econômica, causadora de conseqüências sociais e políticas gravíssimas. Com ele também estavam todos os estados da “recém-descoberta região problema” – o Nordeste brasileiro – em meio a um processo de quase convulsão social devido ao seu nível de pobreza extrema. A condição de pobreza em processo de agudização empurrava as massas de trabalhadores rurais e não proprietários (pequenos produtores) ao movimento de organização e preparação para uma forma de ação revolucionária iminente (OLIVEIRA, F., 1987b; COHN, A., 1978).

No sentido de tentar superar as dificuldades sociais e econômicas da região e integrá-la ao mercado nacional, o Governo federal decidiu criar, em 1959, mais

um órgão de ação exclusiva no Nordeste, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), para agir de maneira planejada e com recursos técnicos e econômicos suficientes ao fomento econômico da região.

Antes da criação da Sudene, já agiam de maneira setorial no Nordeste os seguintes órgãos federais: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs), em 1945, que substituiu a Inspetoria de Obras Contra as Secas (Ifocs), de 1909; Comissão do Vale do São Francisco (Codevasf), de 1948; Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf), em 1948; Banco do Nordeste do Brasil (BNB), em 1952, este, por sua condição de banco de fomento econômico, tinha uma ação mais ampla e planejada; todos eles, porém, passaram a ser controlados pelas oligarquias regionais (OLIVEIRA, F., 1987b).

Para além de um inócuo programa de combate aos efeitos das secas, inicialmente a ação da Sudene previa desenvolver um processo de industrialização com a implantação de indústrias novas, principalmente siderúrgicas, e a reestruturação das tradicionais, além de dar apoio à agricultura em seus setores mais dinâmicos, privilegiando a elevação da produtividade e a diversificação dos produtos. Excluía-se dos propósitos da Sudene, a reforma agrária.

O primeiro Plano Diretor da autarquia, aprovado pelo Congresso Nacional em dezembro de 1961, trazia embutido um mecanismo financeiro importante para dar suporte à promoção dos investimentos econômicos na região. Esse mecanismo consistia na dedução de até 50% do imposto de renda devido das pessoas jurídicas de capital totalmente nacional para inversões produtivas no Nordeste.

A referida proposta foi uma alternativa à extinção pelo Governo Federal, no mesmo ano, do incentivo à importação estrangeira de máquinas, equipamentos e insumos industriais. Como explica Castro (1975), essa proposta teve inspiração no programa de recuperação econômica aplicado em 1959, no Sul da Itália. O programa de apoio ao Nordeste via incentivos fiscais da Sudene representava para os grupos regionais implicados a recompensa de uma dívida antiga do Governo federal, desde o primeiro governo de Vargas, para com os estados dessa região.

Durante o ano de 1962, os capitais que aportavam no Nordeste ainda não apresentavam o volume desejado e, para isso, uma modificação na lei de incentivos fiscais da Sudene alterou substancialmente a importância das inversões financeiras na região, com a introdução do “mecanismo 34/18”. Por meio desse artifício, todas as pessoas jurídicas do país e estrangeiras com negócios no Brasil poderiam deduzir até 50% do imposto de renda devido para aplicar no Nordeste e ainda dispor de outros incentivos governamentais. Dessa vez, os efeitos nos cofres da Sudene foram surpreendentes, os investimentos passaram a chegar em maior volume e mais rapidamente, já a partir de 1963.

Faz-se mister destacar que um dos fatores preponderantes para a forte migração de capitais da região brasileira mais próspera, o Sudeste, para o Nordeste foi,

sem dúvida, o “excesso planejado” de infraestrutura produtiva localizada no eixo São Paulo/Rio de Janeiro (COUTINHO; REICHSTUL, 1983). Essa capacidade tecnoprodutiva ociosa, caracterizada pela indivisibilidade técnica das plantas industriais, que foi seletivamente instalada nessa parte do país ao longo da implementação do “Plano de Metas”, do governo Juscelino Kubitschek, efetivou-se segundo uma perspectiva de antecipação de mercado para as firmas estrangeiras, produtoras de bens de consumo duráveis, que fizeram a opção pelo Brasil naquele período.

Os volumosos investimentos foram realizados por agentes privados, sobretudo estrangeiros, e estatal, via endividamento externo. Como resultado disso, e diante da capacidade de consumo do mercado brasileiro, limitada em volume e qualidade, surgiu uma grande crise de realização econômica iniciada a partir de 1962 e que se estende até 1967 (TAVARES, 1986). É em meio a essa crise econômica que se encontra a raiz da explicação de uma menor resistência dos capitais sediados na região econômica mais próspera para se deslocarem para a região Nordeste.

De outro modo, as vantagens econômicas concedidas pelo Governo federal com a adoção dos artigos 34/18, contidos no segundo Plano Diretor da Sudene, de 1963, produziram, ao final, efeitos animadores no processo de industrialização do Nordeste e dessa maneira, criaram a possibilidade de expansão mais rápida do mercado de consumo nacional para os bens de consumo duráveis.

As indústrias que passaram a se instalar na região Nordeste, a partir de então, eram, em grande parte, novas, intensivas em capital e produtoras de bens intermediários; essa base industrial era complementar, portanto, às indústrias localizadas na região Sudeste. Dessa maneira, o processo de “desconcentração concentrada” cumpriria sua dupla função: de um lado, conter a efervescência das massas agrárias na região mais pobre, ao tempo em que forjava a emergência de uma classe social com relativa capacidade de consumo, via melhor remuneração nas indústrias; por outro lado, ampliar o processo de produção/acumulação e centralização do capital no Brasil, com a instalação de filiais industriais.

É com essa ferramenta indispensável às políticas de atração dos desejados investimentos econômicos, por meio de mecanismo de subsídios líquidos ao capital privado, que a burocracia do estado da Bahia estava se preparando para tentar operar o processo de redenção econômica baiana. Esse processo demoraria mais meia década para se efetivar e demandaria mais investimentos, dessa vez, estaduais, para ganhar materialidade efetiva na construção do Centro Industrial de Aratu (CIA) e, posteriormente, também do Complexo Petroquímico de Camaçari (Copec).

Ao lado disso, ocorre a derrubada do governo João Goulart em 31 março de 1964. O novo Governo é logo ocupado pela junta militar, com o Marechal Castello Branco à frente. De imediato, o novo Governo interveio na Petrobras, nomean-



do o também Marechal Ademar de Queiroz para a presidência da empresa. Sob o regime de força, a empresa dispensou imediatamente 467 funcionários por motivos ideológicos (MARINHO JR., 1989), isso seria a senha para o restabelecimento da autoridade da diretoria executiva da companhia.

A grave crise econômica instalada no país entre 1962 e 1967 impunha à Petrobras a tarefa mais que necessária de descobrir novas fontes de abastecimento nacional de óleo, para evitar a saída maciça dos desejados e tão necessários dólares que se desviavam para importação do petróleo.

Com esse propósito e visando uma possibilidade de atingir sua própria autonomia financeira, a partir de 1964, a diretoria executiva da empresa decidiu por em prática um vasto programa de investimentos em refinação: ampliação da Reduc, aumentando em 45 mil bpd sobre os 110 mil bpd existentes desde sua inauguração, em 1961; ampliação de mais seis mil bpd na capacidade de refino da RLAM, que era de 42,5 mil bpd em 1960; aceleração das obras de construção das refinarias Gabriel Passos, em Betim-MG, e Alberto Pasqualini, em Canoas-RS, ambas com capacidade de processar 45 mil bpd; em 1965, foram concluídas as Fábricas de Asfalto, uma em Fortaleza-CE e outra junto ao Temadre, na Bahia; além da conclusão de numerosos investimentos em dutovias em várias partes do país, aquisição de navios petroleiros, construção e ampliação de terminais de carga e a realização de maciços investimentos na pesquisa e exploração de óleo e de gás (MARINHO JR., 1989; NÃO..., 1966).

A ação empresarial mais agressiva da Petrobras pós-1964 resultou também na descoberta de novos e maiores campos de petróleo no Recôncavo Baiano (Miranga e Araçás dentre outros), no estado de Sergipe (Carmópolis), e em incursões na plataforma submarina dos estados de Alagoas e Sergipe.

Dessa maneira, surpreendentemente, a meta de atingir a produção de 150 mil barris de petróleo por dia até 1970 já tinha sido alcançada em 1967.

Essa nova fase de ação da Petrobras veio em resposta à necessidade de o Governo federal não deixar declinar ainda mais o nível da atividade econômica no país, que atravessava um período bastante difícil. O Setor Produtivo Estatal (SPE) foi chamado a participar de maneira decisiva na economia brasileira.

O Ministro do Planejamento Roberto Campos, pretendendo que o próprio mercado se auto-regulasse, o que gerou o fechamento de um grande número de firmas menos eficientes, em meio a um ambiente de forte grau de oligopolização e desnacionalização da economia, buscou equacionar as elevadas taxas de inflação aplicando um rígido programa de controle fiscal, tributário e contendor de aumentos dos salários; ainda nessa perspectiva apoiou, seletivamente, o autofinanciamento de algumas empresas estatais, como a Petrobras, para desenvolver estritamente a produção e refino de óleo determinado pela Lei nº 2.004 (COUTINHO; REICHSTUL, 1983).

Portanto, foi o próprio Governo, por intermédio do ultraliberal Ministro do Planejamento, Roberto Campos, que injetou dinheiro na companhia proporcionando um grande passo para a autonomia financeira, como ressalta Marinho Jr. (1989, p. 345-346):

Paradoxalmente, foi o arquiinimigo do monopólio estatal, Roberto de Oliveira Campos, ministro do planejamento do governo Castelo Branco (1964-67), que comandou a transferência de uma soma impressionante de recursos financeiros para a PETROBRAS, o que permitiu ampliar as atividades nos setores de pesquisa e lavra e empreender “num amplo programa de investimentos”. Com a eliminação do subsídio ao consumo de derivados do petróleo, a reformulação da Lei do Imposto único sobre combustíveis líquidos (Decreto-lei nº 61/66), a vinculação das importações de petróleo às exportações de manufaturados brasileiros, a elevação da taxa de câmbio para petróleo e outras decisões do Ministério do Planejamento, aumentou substancialmente o nível de recursos da empresa.

Nessa nova dinâmica da organização, ainda em 1964, a empresa executou seu plano de reestruturação organizacional para tornar-se mais ágil diante da retomada de sua nova expansão. Em 1965, a Petrobras iniciou o ano com uma nova estrutura organizacional – departamental.

A departamentalização é uma estrutura verticalmente integrada e complexa, que permite maior autonomia e agilidade nas tarefas da companhia, ao contrário da estrutura organizacional anterior, centralizada na diretoria executiva, que já não correspondia às novas necessidades da empresa. A nova estrutura organizacional foi estabelecida com a criação dos seguintes Departamentos: Exploração e Produção, Industrial, Comercial e de Transporte, além de seis órgãos de Serviços, que por sua vez englobavam várias Consultorias e Assessorias (DIRETORIA..., 1966).

Nesse período, no Recôncavo Baiano, as atividades da Petrobras continuavam bastante firmes, na produção de óleo e de gás natural, com as descobertas de novos campos; no refino, com as novas ampliações da RLAM e a construção da fábrica de asfalto junto ao Temadre; no encaminhamento das obras das fábricas de uréia e amônia; em investimentos em construção de estradas de serviços; em demais obras de construção e de montagem industrial; e em outras demandas por serviços industriais, principalmente, nos que atraíam para sua órbita a instalação de novas indústrias – especialmente as metalúrgicas e mecânicas – beneficiando-se dos incentivos fiscais da Sudene.

Os efeitos desses investimentos da Petrobras no Recôncavo Baiano associados ao apoio financeiro da Sudene contribuíram para a instalação e modernização de indústrias metalúrgicas e mecânicas, em boa parte servindo de suporte às demandas da Petrobras. Segundo os dados do censo industrial, no estado da Bahia, em 1950, existiam apenas 16 estabelecimentos da indústria metalúrgica e dois

da indústria mecânica; em 1960, passam a existir 55 estabelecimentos do primeiro gênero e seis do segundo; em 1970, aumentam para 206 e 144 e, em 1980, somam 332 e 98 o número de estabelecimentos industriais, respectivamente.

Essas atividades, contudo, ainda não representavam nenhuma certeza na consolidação de um desenvolvimento industrial futuro da Bahia, tendo em vista o fato de os interlocutores regionais da Petrobras já anteverem a escassez do petróleo do Recôncavo Baiano em pouco tempo, segundo o ritmo crescente de sua extração. Dessa maneira, os investimentos industriais mais importantes da companhia, desejados pelos interlocutores regionais, poderiam não se concretizar finalmente, diante da tendência da racionalidade microeconômica esboçada pela tecnoburocracia da empresa de continuar realizando seus investimentos mais importantes no Centro-Sul, pois a companhia estava envolvida no projeto de expansão do refino, o que demandava grandes aplicações de recursos na construção de duas novas refinarias: uma em Betim-MG e outra em Canoas-RS, além da ampliação das demais.

O esgotamento do petróleo nos campos do Recôncavo Baiano e suas consequências negativas para os investimentos da Petrobras na Bahia, constituía o maior temor dos articuladores regionais para a instalação da indústria petroquímica nessa unidade da federação. No período pós-1964, os articuladores da instalação da indústria petroquímica na Bahia tinham como interlocutores os altos escalões do Governo federal e a tecnoburocracia estatal do petróleo, como ficou patente nas palavras do experiente Rômulo Almeida algum tempo depois, em 1972, por ocasião da realização do Simpósio Franco-Brasileiro sobre a Indústria Petroquímica, em Salvador:<sup>15</sup>

O último aspecto a aflorar é o da reserva dos recursos de óleo e gás para a indústria petroquímica. Por enquanto, dispomos de reservas muito pequenas. Seria sábio esgotá-las na política tradicional de economizar divisas? Por várias razões diríamos que não. Primeira, os recursos são escassos e assim, por motivo de segurança, devemos reduzir sua exploração; segunda, sua utilização em petroquímica é muito mais vantajosa; terceira, o óleo baiano tem condições especiais para a petroquímica; [...].

Portanto, é bem avisada a política da PETROBRAS de ir reduzindo a produção nacional, do mesmo passo que elevando a taxa de recuperação das jazidas. Mas nos atreveríamos a submeter que, nas condições presentes do Brasil e do mundo, essa política se deve explicitar no sentido de reserva de recursos para a petroquímica (ALMEIDA, 1973, p. 29).

---

<sup>15</sup> O economista baiano Rômulo Almeida era um dos mais conceituados membros da equipe econômica do segundo governo Vargas. Homem de visão mais larga e desenvolvimentista foi sob sua liderança que se originou o projeto de criação da Petrobras em 1951.

O sinal positivo para que a indústria petroquímica pudesse se instalar na Bahia foi finalmente dado em 1968, com a autorização do CNP, para a Petrobras operar também na petroquímica, por meio de uma subsidiária – a Petrobras Química S/A (Petroquisa) –, com a publicação do Decreto nº 61.981, de 28 de dezembro de 1967 (BRASIL, 1967). Até esse momento, nada assegurava, entretanto, a efetivação de grandes investimentos petroquímicos na Bahia, além da fábrica de fertilizantes da Petrobras Fertilizantes (Petrofértil) cuja operação se iniciava em 1968, no Copeb, organizado pela Petrobras, no município de Camaçari. Todavia, os capitais regionais, ávidos por uma nova forma de reprodução mais segura e previsível, eram deixados de fora da nova indústria que timidamente surgia na Bahia.

O núcleo petroquímico do Copeb teve um custo estimado de aproximadamente US\$ 26 milhões, financiado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e pela Petrobras. O Copeb estava sendo equipado com a seguinte infraestrutura: uma central térmica com três caldeiras de 10 t/h cada uma; um gasoduto com 20 km de extensão e capacidade de escoamento de 500 mil metros cúbicos/dia; uma central de ar comprimido com seis compressores; uma estação de tratamento de água com capacidade para abastecer uma cidade de 100 mil habitantes; uma torre de resfriamento de água e um sistema de captação e adução de água com sete poços de 200 metros de profundidade entre outros equipamentos (BAHIA..., 1971).

Próximo ao Copeb, entre 1968 e 1970, aproveitando os incentivos fiscais da Sudene e o apoio financeiro do BNDE e dos demais órgãos de fomento econômico, bem como a oferta de matérias-primas fornecidas pela Petrobras – gases de síntese da RLAM e o gás natural –, além da fábrica de fertilizantes com capacidade de produção inicial de 72 mil t/ano de amônia e 90 mil t/ano de uréia, também já se encontravam em funcionamento uma fábrica de cerveja da Companhia Industrial de Bebidas da Bahia (Cibeb) e outra da Companhia Industrial Química do Nordeste (Ciquine) e a fábrica Ciquine Química; mais três empreendimentos estavam em construção e outros três estavam à espera de autorização pela Comissão de Desenvolvimento Industrial (CDI); funcionavam ainda duas outras grandes companhias, uma química, a Titânio do Brasil (Tibras) e outra de minerais não-metálicos, a Céramus. Todos esses empreendimentos estavam localizados no município de Camaçari (VIANA FILHO, 1984; O QUE..., 1974).

Como uma medida de centralização do Governo federal, todos os projetos industriais, para serem implantados, teriam de passar, primeiro, pelo julgamento do CDI, criado pelo Decreto nº 53.898, de 29 de abril de 1964 (BRASIL, 1964a), pois esse órgão é que aprovava a autorização das concessões dos benefícios governamentais a serem utilizados pelas empresas. Antes de serem analisados pelo CDI, os projetos eram submetidos aos respectivos Grupos Executivos, criados pelo Decreto

nº 53.975, de 19 de junho de 1964 (BRASIL, 1964b), para apresentarem as devidas orientações no sentido de uma melhor performance industrial de acordo com os interesses do Governo. No caso dos projetos químicos, ambos eram avaliados pelo Grupo Executivo das Indústrias Químicas (Geiquim), posteriormente transformado no Grupo Setorial III (GSIII). O Geiquim era subordinado ao CDI e este, por sua vez, era subordinado ao Ministério da Indústria e Comércio (MIC).

## **A fundação do Centro Industrial de Aratu**

Enquanto a Petrobras e o Governo federal não tinham uma decisão definitiva sobre a instalação de um complexo industrial químico na Bahia, tão desejado pelas forças políticas e econômicas regionais, o Governo baiano agia também em outra frente. Sem descuidar da petroquímica, o Governo estadual investia decididamente em políticas de reestruturação e renovação das indústrias tradicionais (fumo, couro, têxtil, alimentos, bebidas etc.) e, principalmente, na atração de outros tipos de indústrias de transformação, notadamente a metalurgia, em especial a de não-ferrosos e a metalmeccânica que abririam novas perspectivas econômicas para o Estado.

Além dos incentivos fiscais da Sudene e de outras subvenções concedidas pelo Governo federal, o Governo estadual também disponibilizou uma importante contribuição fiscal para atrair indústrias para o estado por meio da redução de 60% do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM), por cinco anos, recolhidos ao Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia (Desembanco), para posterior reinversão na própria indústria, a fim de produzir melhorias no empreendimento. A partir de 2001 a instituição foi reestruturada e passou a chamar-se Desembahia.

O Desembanco surgiu como decorrência da reforma administrativa do Governo estadual implantada na administração de Lomanto Junior (1963-1967). Essa reforma já vinha sendo preparada desde 1955 na administração de Régis Pacheco, quando foram dados os primeiros passos em direção ao planejamento, com a criação da Comissão de Planejamento Econômico (CPE) e demais órgãos de fomento econômico que foram sendo constituídos nas administrações seguintes. A reforma administrativa do governo Lomanto Junior teve como pressuposto um esforço de aperfeiçoamento do aparelho administrativo estadual, com vistas à aplicação mais racional dos recursos públicos orientados para o desenvolvimento regional.

O Governo estadual também procedeu a um grande investimento da ordem de US\$ 23,6 milhões entre 1967 e 1970, na preparação da infraestrutura industrial do CIA, com a construção do porto de Aratu; de ramais ferroviários (10 km) e

rodoviários (8 km); além disso, construiu mais de 80 km de rodovias internas; implantou uma rede de energia elétrica, de telecomunicações e de sistema de adução e de distribuição de água industrial, além de outros beneficiamentos diretos como terraplanagem e loteamento de terrenos, os quais foram vendidos às empresas por preços simbólicos. O CIA ocupa uma área total de 5.300 ha e está localizado nos municípios de Simões Filho e Candeias, contíguos ao município de Salvador (VIANA FILHO, 1984).

Para dar uma dimensão do considerável tamanho do esforço financeiro e político do Governo estadual, no sentido de produzir as externalidades custosas para atrair as indústrias para o CIA, sublinha o ex-governador:

Até 1967 a Bahia tinha pouco mais de 210.000 cruzeiros [cerca de US\$ 79 milhões] de investimentos aprovados pela SUDENE. No período de 1967/1970 foram aprovados 2.000.000 [quase US\$ 440 milhões] [...]. O que significa que dos investimentos aprovados pela SUDENE, nos seus dez primeiros anos de existência 90% o foram entre 1967 a 1970. E se antes de 67 a Bahia tinha apenas 36% do concedido pela SUDENE, situando-se depois de Pernambuco, em 1970 veio a ocupar o primeiro lugar com 45% dos projetos aprovados.

[...] Em síntese, tínhamos, em 1970, 25 empresas em plena produção; 37 em fase de implantação; e 125 com carta de opção (VIANA FILHO, 1984, p. 30).

No estudo realizado por Sampaio, F. (1974), é demonstrado o rompimento da vinculação anteriormente existente entre a indústria baiana e o setor agropecuário, a partir do processo de industrialização apoiado pela Sudene. As indústrias localizadas no CIA, em suas adjacências e na área industrial localizada no município de Salvador, têm como matérias-primas e insumos básicos os minerais não-metálicos, em especial o petróleo.

Na análise da procedência das matérias-primas e insumos utilizados pelas indústrias localizadas no referido cenro industrial, a maior parte era adquirida no próprio estado da Bahia, seguido da região Sudeste, como mostra a Tabela 15. Mas, dependendo do tipo de indústria, dos produtos processados e de a indústria ter passado por ampliação ou modernização, essa parcela pode aumentar ou diminuir.

O mesmo autor constata ainda que:

Efetivamente, em média, tão somente 28,9% da produção das empresas novas destinam-se ao mercado regional (Norte e Nordeste), neles incluído o baiano, enquanto a maior parcela das vendas se orienta para outros mercados, notadamente o do Sudeste do país. No que diz respeito às indústrias em ampliação e modernização, a dependência de mercados extra-regionais é menor (SAMPAIO, F., 1974, p. 85).

Tabela 15 – Participação percentual do valor das matérias-primas e materiais secundários das empresas novas e em ampliação/modernização do sistema Sudene, de acordo com a procedência – 1963/1973

Grupos de indústrias	Procedência					TOTAL
	Bahia	Nordeste menos Bahia	Sudeste e outros estados	Não-especificado	Exterior	
Novas	48,0	9,0	26,9	1,6	14,5	100,0
Tradicionais	58,6	16,2	15,6	0,0	9,6	100,0
Dinâmica	46,1	7,6	29,0	1,9	15,4	100,0
Ampliação/ Modernização	68,6	15,3	12,5	0,0	3,6	100,0
Tradicionais	81,0	0,5	4,5	0,0	14,0	100,0
Dinâmicas	65,4	19,2	14,5	0,0	0,9	100,0

FONTE: Sampaio, F. (1974, p. 84).

Esse fato revela a natureza funcional e integrada dos capitais centralizados no Centro-Sul que se deslocaram para a região Nordeste em busca de maior valorização. Indica ainda o tipo de indústria que se instalou na Bahia e na região Nordeste que é basicamente produtora de bens intermediários, complementares às indústrias de bens finais, localizadas no Centro-Sul. Esse tipo de industrialização, por um longo tempo, até atingir um determinado grau de amadurecimento relativo da economia regional, caracterizou-se como quase enclave (Tabela 16).

Tabela 16 – Participação percentual do valor da produção das empresas novas e em ampliação/modernização do sistema Sudene, segundo o mercado consumidor – 1963/1973

Grupos de Indústrias	Mercados				Total
	Norte / Nordeste	Nacional	Externo	Não-especificado	
Novas	48,0	9,0	26,9	1,6	100,0
Tradicionais	58,6	16,2	15,6	0,0	100,0
Dinâmicas	46,1	7,6	29,0	1,9	100,0
Ampliação/Modernização	68,6	15,3	12,5	0,0	100,0
Tradicionais	81,0	0,5	4,5	0,0	100,0
Dinâmicas	65,4	19,2	14,5	0,0	100,0

FONTE: Sampaio, F. (1974, p. 86).

No momento em que foi instalado o CIA, a Petrobras constituía-se em uma grande compradora de parcela significativa da produção de algumas indústrias sidero-metalúrgicas e metalmecânicas, localizadas nesse centro industrial e na cidade do Salvador. A partir dos anos 1970, a presença da Petrobras no Recôncavo

Baiano atrairia grandes indústrias metalmeccânicas e de engenharia, exclusivamente para o fornecimento de peças e artefatos à montagem e à manutenção de plataformas marítimas, sondas, bombas e outros artefatos utilizados na prospecção, transporte e industrialização do óleo e do gás natural, demandando, assim, um aumento significativo das firmas de usinagem industrial (FEDERAÇÃO..., 1995).

Ainda na primeira metade dos anos 1970, o país estava envolto na crise de abastecimento do petróleo nacional e precisava fazer prospecções na plataforma continental; com a crise do petróleo de 1973, contudo, muitas companhias ocidentais de petróleo tiveram de buscar outras alternativas ao petróleo árabe, ocupando todas as plataformas de aluguel no Mar do Norte e na região do Alaska (MARINHO JR., 1989). Esse fato conduziu a Petrobras a fazer encomendas de plataformas de petróleo, as quais eram construídas no Brasil; algumas delas foram construídas na Bahia, por indústria instaladas no CIA, bem como os tanques para armazenamento de óleo que eram bastante requisitados na mesma época.

Para a sidero-metalurgia do aço, com a implantação da Usina Siderúrgica da Bahia (Usiba)<sup>16</sup>, embora a Petrobras fosse um grande cliente, seu maior mercado era mesmo a indústria da construção civil, setor que demandava maior quantidade de aço, utilizado na construção civil. O mercado imobiliário da capital começava a se expandir rapidamente no início dos anos 1970. A expansão da indústria da construção civil em Salvador, especialmente, a de habitações, contribuiu também para ampliar a indústria de cimento e de minerais não-metálicos, que, dentre outras, passaram a fornecer a maior parte dos insumos, antes quase todo importado da região Sudeste (FEDERAÇÃO..., 1995).

Um desenvolvimento ainda maior no segmento metalmeccânico ocorreria ao longo dos anos 1970, durante o processo de instalação do Copec, ocasionando grande demanda de vários tipos de peças e artefatos industriais e, inclusive, para sua manutenção.

As indústrias de minerais não-metálicos (cimento, cerâmica e artefatos para construção civil) produziam para o mercado regional, enquanto as indústrias químicas, classificadas no ramo das indústrias novas e dinâmicas, possuíam um mercado um pouco mais amplo, atingindo o exterior.

## **A vez do pólo petroquímico baiano**

O CIA estava praticamente consolidado na virada para a década de 1970. Mas, por outro lado, a grande ambição industrial do Governo baiano e dos gru-

---

<sup>16</sup> A Usiba foi fundada em 1973, como empresa estatal pertencente ao Governo baiano, mas em 1989 foi privatizada e seu controle acionário foi adquirido pelo Grupo Gerdau. Atualmente a companhia é denominada Gerdau Usiba.



pos econômicos e políticos regionais – banqueiros, grandes comerciantes e industriais –, que exerciam certa posição de destaque no estado, era a instalação de um grande complexo industrial químico, que ainda seria postergado por mais alguns anos, até que a tecnoburocracia petroleira tivesse reunido as condições para o exercício do controle no desenvolvimento desse ramo industrial no Brasil.

Esse era um pressuposto que servia de mote, tanto para evitar o monopólio das firmas estrangeiras, como para colocar em prática a própria estratégia autonomista de expansão da Petrobras. Claro estava que essa intencionalidade rebelde da tecnoburocracia do petróleo, associada a uma outra não menos importante, a do BNDE, que também já desfrutava de uma certa autonomia relativa (MARTINS, L., 1985), contrariava frontalmente a já declarada determinação política do Governo federal, pelo Decreto nº 56.571, de 9 de julho de 1965 (BRASIL, 1965), de incentivar o desenvolvimento da indústria petroquímica, preferencialmente, o capital privado nacional em associação com as firmas estrangeiras.

A essa altura, os grupos regionais já conscientes do papel menor destinado ao estado da Bahia e às regiões periféricas nacionais, na nova divisão espacial da produção a partir de 1930 (GUIMARÃES, 1982; AZEVEDO, J., 1975), já estavam com os ânimos arrefecidos e integrados na nova aliança política nacional inaugurada com o movimento militar de 1964. Nesse sentido, o núcleo do grupo político baiano, liderado pelo Governo estadual, buscava colher os possíveis frutos dessa aliança.

Esse grupo político regional organizado no partido governista, a Arena, seguindo o processo de modernização conservadora, reinaugurado a partir de 1964, passou a utilizar uma tática diferente: em vez de continuar lamuriando-se pelo tratamento recebido do Governo central, requalificou os discursos e as ações, com a utilização cada vez maior do recurso do planejamento. Ao lado disso, passou a reconhecer a Petrobras como um agente aliado e não mais como adversário, isso após a empresa, entre 1968 e 1970, ter dado sinais evidentes de comprometimento com a instalação do pólo petroquímico na Bahia.

O Governo estadual liderado por Luiz Viana Filho, um arguto articulador político, invocando uma racionalidade técnica, antecipou-se ao que posteriormente seria exigido pelos burocratas do Governo federal e pelos grupos privados contrários à instalação da indústria petroquímica na Bahia – a viabilidade técnica e econômica do tal pólo petroquímico. Em 1969, o Governo baiano solicitou um estudo detalhado das possibilidades para instalação da indústria petroquímica na Bahia, seguindo uma indicação sugerida pela Missão do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), da qual participava Rômulo Almeida, para promover o desenvolvimento do Recôncavo Baiano.

O projeto, desenvolvido pela empresa Consultoria e Planejamento (Clan S.A), teve o apoio financeiro da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), da Petroquisa

e da Petrobras. Além disso, contou com a colaboração de figuras-chave da tecnoburocracia petroleira, do BNDE e, discretamente, do Ministro do Planejamento Reis Veloso, para não se chocar com a recusa e rejeição dos ministros: Delfim Neto, Pratini de Moraes, Dias Leite e Costa Cavalcanti.

Vê-se, dessa maneira, que havia uma solidariedade no âmbito da alta cúpula da Petrobras, do CNP, do BNDE e do CDI/Geiquim, o que contribuiu sobremaneira para desobstruir o caminho que possivelmente conduziria à instalação da indústria petroquímica na Bahia, diante das dificuldades interpostas pelas facções políticas e econômicas contrárias à realização desse projeto na Bahia. A oposição à instalação dessa indústria na Bahia possuía a seu favor o fato de ser a Bahia um estado periférico e distante do mercado de consumo, além dos interesses privados da Petroquímica União (PQU) e de demais grupos nacionais e estrangeiros que julgavam que perderiam vantagens com o pólo da Bahia.

O estudo da viabilidade econômica da indústria petroquímica na Bahia foi concluído e as negociações tiveram continuidade com o novo presidente da Petrobras, o general Ernesto Geisel, que era simpático à idéia proposta pelo grupo baiano e tinha planos próprios para a expansão comercial da companhia; e, mais que isso, tinha “carta branca” para agir. Geisel era um profundo conhecedor das questões atinentes ao petróleo, por já ter sido superintendente da refinaria de Cubatão, e também era um militar que gozava de extrema confiança do presidente General Médici. Ele assumiu o cargo com a exigência de livre ação nos projetos da empresa, pois, a partir dali, iria arquitetar sua candidatura à Presidência da República, como de fato aconteceu (MARINHO JR., 1989).

Mesmo com o estudo que apontava favoravelmente para as possibilidades de implantação da indústria petroquímica no Recôncavo Baiano e com o apoio da Petrobras à instalação do pólo na Bahia, sua concretização não se deu de maneira pacífica, pois já havia interesses privados consolidados, sendo a maioria ligada a grupos estrangeiros, como escreve Da Poian:

A inexistência de oferta de matérias-primas petroquímicas no país, a falta de uma definição clara a respeito da petroquímica [...] levou os capitais privados nacionais e estrangeiros a desenvolverem, na década de 50, alguns empreendimentos pioneiros utilizando rotas de produção não-petroquímicas. Surgiram assim: a) em 54, as fábricas de MVC e PVC a partir de acetileno obtido do carbureto de cálcio (Solvay); b) em 57, uma fábrica de estireno a partir de benzeno carboquímico e eteno obtido do álcool (Koppers/Firestone/Hulls); c) em 58, uma fábrica de polietileno de baixa densidade a partir de eteno obtido do álcool (Union Carbide); d) em 60, uma fábrica de fenol a partir de benzeno obtido na siderurgia (Burne Y Borne).

Ainda em 58, a Petrobras colocou em funcionamento sua fábrica de amônia e fertilizantes, iniciou o fornecimento de eteno e propeno e deu início ao projeto da fábrica de borracha sintética [...]. As empresas estrangeiras adaptaram suas instala-

ções para utilização de matérias-primas petroquímicas ou lançaram-se a novos empreendimentos, como uma fábrica de metanol a partir de óleo combustível (Borden Chemicals), uma fábrica de negro de fumo a partir de resíduo aromático importado (Columbia Carbo-Celanese), uma fábrica de isopropanol e acetona a partir de propeno (Rhone-Poulenc), e uma fábrica de polietileno de alta densidade (Solvay), a qual teve que recorrer ao eteno obtido do álcool devido à sua localização e à insuficiência da produção de Cubatão (DA POIAN, 1981, p. 29-30).

Mais tarde, após as devidas correções feitas pelo Governo federal na política do setor petroquímico, determinando sua exploração pela livre empresa, criou-se um ambiente político favorável à ação dessas organizações.

Para sair na frente dos negócios petroquímicos no Brasil, a firma estrangeira Union Carbide, individualmente, interessou-se em fazer investimentos numa fábrica, para processar 120 mil t/ano de eteno, em Cubatão, a partir da nafta importada; dessa produção, uma parte seria convertida em polietileno (90.000 t) para consumo próprio.

Iniciativa semelhante teve o grupo Capuava, liderado por Soares/Sampaio, um dos maiores acionistas da refinaria de petróleo Capuava e proprietário do Banco União Comercial. Com base em seu *know-how* no refino de petróleo, esse grupo resolveu entrar no ramo da petroquímica e, para tanto, precisava de um sócio de peso; associou-se inicialmente à Phillips Petroleum, e anexa à refinaria Capuava, de propriedade do grupo de mesmo nome, construíram uma fábrica de eteno com capacidade inicial para processar 180 mil t/ano de nafta importada; logo depois, envolveram-se no negócio o grupo financeiro Moreira Sales, o grupo Ultra e outros grupos estrangeiros, resultando na constituição da *holding* Unipar para controlar a emergente PQU.

O projeto da PQU era de construir uma central de matérias-primas para abastecer um conglomerado de fábricas petroquímicas, que logo passaram a se instalar em suas proximidades (DA POIAN, 1981; EVANS, 1980).

A Union Carbide, após ter realizado grande parte dos investimentos no projeto de sua Central de Matérias-Primas, desistiu do empreendimento por causa de graves falhas técnicas do novo processador industrial instalado na fábrica, tornando inviável financeiramente o seu reparo; com isso, essa empresa passou a demandar os produtos da PQU, influenciando, conseqüentemente, na ampliação desta última para atender também às necessidades da primeira. Ao mesmo tempo, a Phillips Petroleum, que também estava associada ao grupo Ultra para produção de fertilizantes (Ultrafértil), com os atrasos no desenvolvimento do cronograma desse empreendimento, implicando mais desembolsos, decidiu se retirar do projeto da PQU. Esse fato criou dificuldades orçamentárias para o grupo Soares/Sampaio e seus associados tiveram problemas para levar adiante o pesado encargo.

Dessa maneira, às negociações em torno do fornecimento de nafta pela Petrobras à PQU foi adicionada a necessidade da participação da estatal no projeto da PQU, por intermédio de sua subsidiária, a Patroquisa.

A constituição da Petroquisa em 1968 ocorreu por necessidade de atender à demanda da PQU, pois esta empresa estava passando por dificuldades financeiras e não tinha como se socorrer com outros grupos privados.

Não tendo a mesma capacidade de recuperação financeira dos grupos estrangeiros, a exemplo da Union Carbide e da Phillips Petroleum, que perderam milhões de dólares em investimentos no Brasil, em consequência de graves falhas técnicas de seus projetos, o grupo Unipar teve de se associar à Petrobras, para dar seguimento ao projeto de desenvolvimento da Central de Matérias-primas da PQU. Todavia, essa era a parte importante de uma estratégia da Unipar para, ao mesmo tempo, ganhar posições em barganhas comerciais com grupos estrangeiros e também “[...]bloquear o projeto Petrobras/BNDE, que recomeçava a ser articulado pelas burocracias dos dois órgãos, e garantir, assim, o acesso do grupo privado aos recursos financeiros do BNDE” (MARTINS, L.; THÉRY, 1981 *apud* SUAREZ, 1986, p. 78).

Ao lado disso e de olho na expansão do mercado brasileiro de produtos petroquímicos, cujo consumo aparente crescia a uma taxa média anual de 246% entre 1960 e 1970 (Tabela 17), os diretores da Unipar, já cientes da intenção da Petrobras/BNDE de construir um pólo petroquímico na Bahia, contra-atacavam atraindo o apoio da Petrobras e do BNDE à criação de uma área de mercado exclusiva para os produtos da PQU e, principalmente, tentar sustar a efetivação do pólo petroquímico no Nordeste.

Tabela 17 - Brasil: consumo aparente, produção e importação (t) dos principais produtos químicos e petroquímicos - 1960/1970

Classe de produtos	Consumo aparente		Produção		Importação	
	1960	1970	1960	1970	1960	1970
Inorgânicos	570.893	1.187.134	359.730	965.950	187.699	221.192
Fertilizantes	298.734	998.566	126.837	231.950	13.687	927.020
Plásticos ePlasticantes	44.645	314.690	41.547	214.152	4.149	100.295
Fibras sintéticas	45.931	103.442	45.500	90.262	433	14.074
Elastômeros e Negro de Fumo	15.834	132.981	-	124.901	22.248	12.968
Detergentes Sintéticos	1.374	21.400	1.374	21.400	-	-
Solventes Orgânicos	202	18.687	20	14.948	299	3.739
Matérias-primas para Fertilizantes Naturais	1.226	514.343	-	260.600	1.562	253.743
Intermediários em geral	20.011	474.892	1.500	310.948	10.654	176.985
Primários	343.291	880.341	413.930	799.205	2.620	81.301
TOTAL	1.342.141	4.646.476	990.438	3.034.316	443.351	1.791.317

FONTE: Organizada por Brito (2004), com base em Instituto... (1972).

Entre 1969 e 1970, avançavam os acertos entre a Petrobras/BNDE e a PQU, sob a fiscalização atenta de alguns ministros da República: Dias Leite (Minas e Energia), Pratini de Moraes (MIC) e Delfim Neto (Economia), que se posicionavam favoravelmente ao apoio da Petrobras à PQU. Mesmo diante da larga vantagem do apoio oficial à PQU, a tecnoburocracia petroleira e os articuladores do futuro pólo petroquímico da Bahia não se davam por vencidos. Nos bastidores, as discussões sobre o segundo pólo petroquímico seguiam celeremente e em nível de decisão: o CDI/Geiquim aprovava vários projetos petroquímicos para a Bahia e recomendava a instalação de um segundo pólo petroquímico para esse estado.

Noutra vertente, o novo presidente da Petrobras contrariando abertamente a antiga política do Governo federal e dos nacionalistas centralistas, de evitar comprar petróleo no exterior a qualquer custo, também dava sua colaboração para a implantação do pólo petroquímico na Bahia.

Sem desprezar a pesquisa do óleo no próprio país, mas, devido ao custo mais barato de sua aquisição no exterior, Geisel, em sua administração, orientava a aquisição da maior parte do óleo refinado no Brasil em fontes externas<sup>17</sup>. Não por acaso, isso também favorecia ao plano de não esgotar as limitadas reservas de óleo do Recôncavo Baiano. No mesmo sentido, Geisel deu seqüência à ampliação da RLAM (a exemplo das demais refinarias estatais), cuja capacidade de refino foi elevada de 48 mil bpd, em 1966, para 77,5 mil bpd, em 1970, com projetos de novas ampliações até 1978, para mais de 130 mil bpd, quando o pólo petroquímico da Bahia entraria em operação. Dessa maneira, a RLAM atingiria uma capacidade de refino de óleo significativa para produzir matérias-primas petroquímicas em escala comercial.

A partir do início da década de 1970, os entendimentos em relação à implantação da central de matérias-primas da PQU já estavam consolidados, com a Unipar tendo subscrito 50% das ações daquela empresa, seguida da Petroquisa com 25%, o grupo ULTRA com 15% e o grupo IFC com os 10% restantes (BANAS, 1972 *apud* EVANS, 1980); com essa distribuição acionária, a PQU entrou em operação em 1972.

Em 1970, ao ter conhecimento do assédio do governador do estado da Bahia diretamente no MIC e na presidência da República para a instalação da indústria petroquímica na Bahia, a direção da Unipar decidiu aumentar a planta da fábrica

---

<sup>17</sup> Numa perspectiva de expansão comercial, a Petrobras passou a adquirir a maior parte do óleo consumido no Brasil, em fontes externas. Segundo Carvalho (1977, p. 185), em 1974, apesar de a Petrobras ter atendido mais de 90% do consumo de derivados no país, somente cerca de 21% do óleo que entrava nas refinarias era produzido no Brasil. O investimento na produção (na plataforma continental onde já se tinham iniciado as pesquisas) era três vezes mais caro que o óleo importado. Mas, os dias de petróleo barato estavam contados; a partir de 1973, a OPEP elevou o preço do barril de petróleo de US\$ 3,05 para US\$ 11,65 em 1974, aumentando bruscamente a dependência brasileira do petróleo estrangeiro.

de eteno da PQU, de 180 para 300 mil toneladas/ano, o que, conseqüentemente, inviabilizaria economicamente as pretensões originadas em torno do pólo petroquímico baiano, em decorrência do controle de mercado exercido pela PQU.

O projeto de ampliação da planta industrial da PQU e o projeto de criação de um segundo pólo petroquímico na Bahia geraram no ambiente governamental federal uma acirrada disputa de posições entre o grupo Unipar e o Governo baiano, cada um apresentando a defesa da viabilidade técnica e econômica de seus respectivos projetos. Depois de dois meses, o apoio ao segundo pólo petroquímico foi deferido pelo Governo federal. Porém, somente em maio de 1970, durante uma visita ao estado da Bahia, é que o presidente Médici declarou-se publicamente a favor da posição do Governo baiano. Para isso, foi fundamental o comprometimento da Petrobras com a construção da Central de Matérias-Primas e a execução de obras de ampliação da RLAM para o fornecimento de:

[...] 300 mil t/ano de eteno, 202 mil t/ano de propeno, 52 mil t/ano de butadieno, 126 mil t/ano de benzeno [...]. Haveria também uma Central de Utilidades e outra de Manutenção e Serviços, que dariam a Camaçari condição singular no Brasil (VIANA FILHO, 1984, p. 45-46).

Após várias ações protelatórias acolhidas pelos ministros pró-PQU, a decisão final da implantação do segundo pólo petroquímico somente sairia em 1971, depois do resultado de um novo estudo contratado pelo MIC para avaliar a viabilidade técnica e econômica da instalação do segundo pólo petroquímico na Bahia. A pesquisa apenas confirmou os resultados do estudo anterior realizado pela Clan, em 1969 (VIANA FILHO, 1984; SUAREZ, 1986).

Durante esse período, o grupo Unipar obteve várias autorizações para fazer ampliações nas plantas industriais da PQU e de demais empresas sob seu controle acionário no pólo de São Paulo. Ironicamente, esses custosos investimentos da Unipar a envolveram em graves dificuldades financeiras, em decorrência de não mais contar com o apoio financeiro do grupo Ultra, que havia se retirado logo no início da constituição da *holding* e de estar acumulando prejuízos, pela “[...] inadequação do preço final dos produtos petroquímicos e seus custos [...]” (O QUE..., 1974, p. 20) pela ação rígida do Conselho Interministerial de Preços (CIP) de tentar conter a inflação.

Diante da dificuldade, a alternativa encontrada pela Unipar para cobrir as despesas na PQU e ampliar a planta industrial do pólo de São Paulo foi recorrer inicialmente ao Banco União Comercial (BUC), de propriedade do grupo Unipar. Como não havia cobertura dos créditos tomados ao banco, este faliu e os prejuízos financeiros da Unipar continuaram se acumulando (STUMPF; PEREIRA FILHO, 1979). A saída para a crise financeira da Unipar foi negociar o controle acionário da PQU

com a Petroquisa, em 1973. Assim que a Petroquisa assumiu a PQU o “[...] preço do etileno sofreu imediata quadruplicação por simples decisão dos diretores [...]” (O QUE..., 1974, p. 20). Em 1974, a Petroquisa já possuía 64,4% do capital votante da PQU (O QUE..., 1974).

No pólo petroquímico de São Paulo, apesar de a Petroquisa deter o controle acionário da PQU, existiam outras empresas de capital nacional associadas ao capital estrangeiro que agiam de maneira quase autônoma. Essa ação autônoma, ao que tudo indica, não agradava à tecnoburocracia petroleira, como comenta um importante ex-executivo dessa tecnoburocracia: “Na consolidação do pólo de São Paulo lançaram-se, portanto, as bases, sem regras claras ainda definidas, para a convivência do Estado com a iniciativa privada nacional e estrangeira” (DA POIAN, 1981, p. 32).

A quase liquidação do outrora vigoroso grupo Unipar pela tecoburocracia petroleira e a assunção legal da distribuição das matérias-primas petroquímicas serviram de aviso aos demais grupos empresariais privados que pretendiam agir autonomamente no não menos importante mercado brasileiro de produtos petroquímicos e derivados. Como pode ser mensurado pelos dados da Tabela 17, o mercado brasileiro de produtos petroquímicos se alargava ano a ano, com base na nova matriz industrial inaugurada com o “Plano de Metas” e que, por sua vez, ganhava maior impulso durante a fase do “Milagre Econômico”.

Historicamente, grande parte dos grupos empresariais privados nacionais e estrangeiros via o crescimento do SPE como algo sempre inoportuno. Esses grupos ainda não haviam descoberto uma das formas de ação do Estado, por meio do SPE, o qual, de maneira contraditória e funcional, se empenhava em realizar objetivos microeconômicos associados a interesses macroeconômicos e, a partir disso, viabilizava a reprodução do capital privado em escala ampliada. Mas, os que, apesar das desconfianças, perceberam a longa e segura estrada preparada pelo SPE, para o desenvolvimento de um específico processo de reprodução do capital na petroquímica (CÁRIO, 1997), aproveitaram as vantagens de estar associados ao SPE e desfrutaram das benesses que lhes eram concedidas (ARAÚJO; DICK, 1974; DA POIAN, 1981).

O estudo realizado por Araújo e Dick (1974) sobre as empresas do Copec aponta para uma remuneração enormemente vantajosa dos capitais privados em associação com a Petroquisa.

Os autores identificaram que, para os capitais nacionais, em sua maioria, de pouca tradição no setor petroquímico, a participação acionária efetivamente de risco era de menos de 5%, e magicamente via empréstimos, financiamentos e subsídios junto ao Governo federal, se transformava em 1/3 do total dos capitais nos empreendimentos de segunda geração, pelo artifício do modelo tripartite da composição do capital das empresas.

Para os capitais estrangeiros, as vantagens advinham do desimpedimento das transações entre a matriz no exterior e sua participação nas empresas daquele pólo: licenciamento de patentes, comercialização de produtos em mercados distintos, facilidades de remessas de lucros etc.; o sócio estatal, que a título de arcar com maiores custos durante a instalação do empreendimento, ao final também colhia os respectivos lucros; tinha acesso à tecnologia e processos sempre atualizados pela presença de técnicos estrangeiros nas fábricas, treinamento de técnicos brasileiros nas fábricas das empresas estrangeiras, acesso a “dinheiro novo, em moeda forte”, e acesso a mercados estrangeiros, por conta da participação do sócio estrangeiro.

A despeito dos enormes subsídios econômicos oferecidos pelo Governo federal (Art. 34/18 da Sudene), das linhas de financiamento do BNDE, dos benefícios cedidos pelo Governo baiano e do acesso fácil e seguro às fontes de matérias-primas regionais, de custo inferior a uma localização no eixo São Paulo/Rio de Janeiro, o fator determinante para a consolidação do projeto do Copec foi, sem dúvida, a adoção da fórmula política de organização das empresas, segundo o modelo tripartite, já em operação no pólo de São Paulo.

Em novembro de 1972 foi constituída a Companhia Petroquímica do Nordeste (Copene), uma subsidiária da Petroquisa que assumiria a Central de Matérias-Primas, a Central de Utilidades e a Central de Manutenção. Ainda no fim desse ano, teve início o processo de organização das empresas de segunda e terceira gerações e os respectivos formatos para operação no Copec.

No projeto de organização das empresas de produtos de segunda geração, funcionou o modelo tripartite de participação acionária, cuja base era formada por 2/3 de capital nacional (1/3 privado e 1/3 estatal), e a participação do SPE não poderia ser inferior a qualquer uma das outras duas partes, e 1/3 estrangeiro. Essas organizações também ficariam obrigadas a adquirir participação acionária na Copene, como uma maneira encontrada pela estatal para garantir o compromisso com o empreendimento, o que era essencial para as três partes, principalmente para Copene (ARAÚJO; DICK, 1974).

Quando a Copene foi constituída, a participação da Petroquisa não era inferior a 51%, mas cinco anos depois de plena operação, em 1983, esta detinha 48,16% do capital votante daquela empresa, e estava presente diretamente em 12 das 30 empresas que faziam parte do Copec; operava também em outras empresas por meio de suas coligadas e da própria Copene (BACCARIO, 1983).

Para a Copene, a vantagem advinha do fato de essa empresa ter garantido os usuários dos produtos básicos e dos serviços oferecidos por suas Centrais de Matérias-Primas, de Utilidades e de Manutenção; para os particulares, a vantagem advinha de poder contar com o fornecimento contínuo de insumos e estar presente nas decisões daquela empresa, que afetaria todo o Copec. Já para as



empresas que lidavam com produtos finais a participação do SPE era minoritária e/ou não existia. As empresas que operavam principalmente no setor de produtos de terceira geração e posteriores nessa época tinham maior participação de capitais nacionais, especialmente os regionais, como o grupo econômico liderado por Clemente Mariani (Banco da Bahia Investimentos e da Companhia de Seguros da Bahia), fundador da empresa Petroquímica da Bahia — uma *holding* que controlava mais cinco companhias no Copec (DA POIAN, 1981; BACCARIO, 1983); o grupo Econômico e o grupo Odebrecht, que encontraram seus devidos lugares nas diversas indústrias petroquímicas com as quais se associaram (DA POIAN, 1981) e, em especial, o último que, associado ao grupo Mariani, adquiriu o controle acionário da Copene, em 2002, quando essa estatal foi privatizada e passou a chamar-se Braskem — que, por sua vez, tem o controle acionário da Companhia Petroquímica do Sul (Copesul) e de várias outras companhias petroquímicas distribuídas em distintas partes do mundo.<sup>18</sup>

A associação entre os grupos econômicos regionais Odebrecht e Mariani resultou na aquisição de quase 50% do capital votante da Braskem; esse grupo controla também a Norquisa, além de possuir participações acionárias menores em outras empresas do Copec (DA POIAN, 1983).

O balanço dos episódios da instalação do CIA e depois do Copec serve para ilustrar o processo de organização e reprodução de um território no Recôncavo Baiano, a RPBA, sob a liderança da Petrobras, a partir da segunda metade dos anos 1960. Para tanto, foram envolvidos os agentes regionais outrora contrários às ações até então implementadas no Recôncavo Baiano pela Petrobras.

A liderança exercida pela Petrobras no processo de industrialização da Bahia e o abandono de ações unilaterais, ainda na primeira parte dos anos 1960, foram os elementos que alçaram a companhia para a posição de hegemonia em relação aos demais agentes sociais (seus interlocutores) no Recôncavo Baiano.

Durante esse período, pode-se afirmar que a Petrobras foi capaz de construir um território novo no Recôncavo Baiano, e ao mesmo tempo, induzir um processo de transformações fundamentais na estrutura social, política, econômica e territorial que, associado a outros vetores internos e externos, transbordou para além dos limites de seu território no Recôncavo Baiano. Contudo, a construção desse território pela Petrobras não se deu de maneira aleatória, mas sim combinando seus interesses diretos com os interesses dos demais agentes envolvidos, resultando no processo de gestão do território. Cumpre destacar que a gestão empreendida pela companhia no Recôncavo Baiano é anterior à formação desse território, remonta ao seu próprio processo de inserção e desenvolvimento de suas atividades.

---

<sup>18</sup> A Copesul foi criada em junho de 1976 para operar como uma Central de Matérias-Primas e de Serviços para o Pólo Petroquímico do Rio Grande do Sul, no município de Triunfo.